

OBSERVATÓRIO DA CIDADANIA 2005

O que é o Observatório da Cidadania?

A idéia de estabelecer no âmbito da sociedade civil mecanismos permanentes de monitoramento e avaliação do cumprimento da agenda do Ciclo Social surgiu em 1995, entre ONGs que participavam da Conferência da ONU sobre o Desenvolvimento Social, em Copenhague. Foi criado então o *Social Watch*. Seu objetivo é garantir que o esforço de participação e *advocacy* – presente na preparação e negociação das conferências – continue na implementação dos compromissos sociais assumidos pelos governos, nacional e internacionalmente.

A articulação internacional de organizações da sociedade civil *Social Watch* inspirou a criação da iniciativa brasileira *Observatório da Cidadania*, animada pelo Ibase. Em 1997, o relatório internacional foi publicado pela primeira vez em português, consolidando, assim, um grupo de referência nacional do qual atualmente participam: Ibase, Fase, Inesc, Rede Dawn, Cfemea, CESeC/Ucam e Criola. A edição brasileira também traz o perfil socioeconômico de diversos países, mas difere das demais por contar com uma seção especial sobre o Brasil. As estatísticas, mostrando avanços e retrocessos dos vários países, em relação às metas de desenvolvimento social, estão no CD-ROM que acompanha a publicação.

© **OBSERVATÓRIO DA CIDADANIA 2005**
Rugidos e Sussurros

OBSERVATÓRIO DA CIDADANIA

COMITÊ COORDENADOR INTERNACIONAL

Roberto Bissio (Uruguai, Secretariado), Leonor Briones (Filipinas), John Foster (Canadá), Yao Graham (Gana), Jagadananda (Índia), Patricia Jurewicz (Estados Unidos), Rehema Keréfu Sameji (Tanzânia), Jens Martens (Alemanha), Iara Pietricovsky (Brasil), Ziad Abdel Samad (Líbano), Areli Sandoval (México), El Hassan Sayouty (Marrocos) e Simon Stocker (Bélgica)

O Secretariado Internacional do *Social Watch* está sediado em Montevidéu, Uruguai, no Instituto do Terceiro Mundo (ItEM).

OBSERVATÓRIO DA CIDADANIA – BRASIL

Coordenação executiva

Fernanda Lopes de Carvalho (Ibase)

Grupo de referência

Cândido Grzybowski e Fernanda L. de Carvalho (Ibase), Iara Pietricovsky (Inesc), Jorge Eduardo Durão (Fase), Sonia Corrêa (Rede Dawn), Guacira Oliveira (Cfemea), Sílvia Ramos (CESeC/Ucam) e Lúcia Xavier (Criola)

EQUIPE EDITORIAL

Edição internacional

Chefia de redação: Roberto Bissio

Edição: Jorge Suárez

Edição associada: Lucy Gray-Donald e Laura Pallares

Assistência editorial: Soledad Bervejillo

Produção: Ana Zeballos

Edição e pesquisa: Gustavo Alzugaray

Pesquisa de ciências sociais: Karina Batthyány (coordenadora), Daniel Macadar, Graciela Dede, Ignacio Pardo e Mariana Sol Cabrera

Tradução: Richard Manning, Alvaro Queiruga, Clio Bugel, Matilde Prieto e Mercedes Ugarte

Pesquisa e edição: Gustavo Espinosa

Assistência: Marcelo Singer

Revisão de textos: Lucía Beverjillo

Suporte técnico: Red Telemática Chasque

Edição brasileira

Coordenação: Fernanda Lopes de Carvalho

Assistente de coordenação: Luciano Cerqueira

Coordenação editorial: Iracema Dantas

Edição: Marcia Lisboa

Revisão: Marcelo Bessa

Revisão técnica: Fernanda Lopes de Carvalho e Luciano Cerqueira

Tradução: Jones de Freitas

Produção: Geni Macedo

Produção do CD-ROM: Socid – Sociedade Digital

Apoio: Novib (Organização Holandesa de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento)

© Copyright 2005

ItEM – Instituto del Tercer Mundo

Jackson, 1.136

Montevidéu, 11200, Uruguai

item@item.org.uy

Fax: + 598-2-411-9222

Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

Av. Rio Branco, 124/8º andar – Centro

CEP 20040-916 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Tel.: +55-21-2509-0660

Fax: +55-21-3852-3517

observatorio@ibase.br

www.ibase.br

O conteúdo desta publicação pode ser reproduzido por organizações não-governamentais para fins não-comerciais (enviem-nos cópia). Qualquer outra forma de reprodução, armazenamento em sistema de recuperação de dados ou transmissão de qualquer forma ou por qualquer meio, com fins comerciais, requer autorização prévia do ItEM ou do Ibase.

Projeto gráfico: G. Apoio Gráfico

Diagramação: Mais Programação Visual

Fotolitos: Ace Digital Ltda.

Impressão: J-Sholna Reproduções Gráficas Ltda.

ISSN: 1679-7035

Pedidos de exemplares e CD-ROMs podem ser feitos ao Ibase.

A INICIATIVA **SOCIAL WATCH** ESTÁ SENDO PROMOVIDA E DESENVOLVIDA PELOS SEGUINDES GRUPOS, ORGANIZAÇÕES E PARCEIROS:

África do sul: **NLC – National Land Committee** (Comitê Nacional da Terra), contact@nlc.co.za • **Albânia:** **HDPC – Human Development Promotion Centre** (Centro de Promoção e Desenvolvimento Humano), hdp@ice-al.org • **Alemanha:** **Social Watch Germany** (*Social Watch* da Alemanha), jens.martens@weed-online.org; Caritas Alemanha; **EED – Church Development Service** (Serviço de Desenvolvimento da Igreja); DGB-Bildungswerk e.V.; Diakonisches Werk of the Protestant Church in Germany; Fundação Friedrich-Ebert; ; Pão para o Mundo; Terre des Hommes – Alemanha; Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft (ver.di); Werkstatt Ökonomie; Weed (Economia Mundial, Ecologia e Desenvolvimento) • **Angola:** **Sinprof** (Sindicato Nacional dos Professores), m121163@yahoo.es • **Argélia:** Associação El Amel para o Desenvolvimento Social, mseulougha@yahoo.fr • **Argentina:** Cels-Desc (Centro de Estudos Legais e Sociais – Programa de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais), desc@ceels.org.ar • **Bangladesh:** **CDL – Community Development Library** (Biblioteca de Desenvolvimento Comunitário), rdc@bol-online.com; **Unnayan Shamunay**, shamunay@sndnb.org • **Barein:** **BHRS** (Sociedade de Direitos Humanos de Barein), cdhrb@hotmail.com, sabikama@batelco.com.bh • **Benin:** **Social Watch Benin** (*Social Watch* do Benin), hugena2002@yahoo.fr • **Birmânia:** **Burma Lawyers Council** (Conselho de Advogados da Birmânia), aunghtoo@access.net.co.th, bicms@cscoms.com • **Bolívia:** **Cedla** (Centro de Estudos para o Desenvolvimento Trabalhista e Agrário), cedla@caoba.entelnet.bo; Seção Boliviana de DH, Democracia e Desenvolvimento; Aipe (Associação de Instituições de Promoção e Educação); APDHB (Assembleia Permanente dos Direitos Humanos da Bolívia – CBB); APDH-NAL (Assembleia Permanente dos Direitos Humanos); Área Identidade Mulher e Trabalho da Fundação Solón; Assembleia Permanente Direitos Humanos; Associação + Vida; Asofamd (Associação de Familiares de Presos Desaparecidos da Bolívia); Capacitação e Direito Cidadão; Cáritas La Paz; Casa da Mulher; Casdel (Centro de Assessoramento Legal e Desenvolvimento Social); Católica pelo Direito de Decidir; Ceades (Coletivo de Estudos Aplicados ao Desenvolvimento Social); Cedib (Centro de Documentação e Pesquisa da Bolívia); Cenprotac (Centro de Promoção de Técnicas de Arte e Cultura); Centro Gregória Apaza; Centro Juana Azurduy; Ceprola (Centro de Promoção dos Leigos); Cidem (Centro de Informação e Desenvolvimento da Mulher); Cipcá NAL (Centro de Pesquisa e Promoção do Campestino); Cisp (Centro de Pesquisa e Serviço Popular); Cistac (Centro de Pesquisa Social, Tecnologia Apropriada e Capacitação); Coletivo Rebelião; Comunidade Equidade; Coordenação da Mulher; DNI (Defesa da Criança Internacional); DNI-NAL (Defesa da Criança Internacional); DNI-Regional CBB; Ecam (Equipe Comunicação Alternativa com Mulheres); Escritório Jurídico da Mulher; Fundação La Paz; Fundação Terra; Iffi (Instituto de Formação Feminina Integral); Infante (Promoção Integral da Mulher e Infância); IPTK (Instituto Politécnico Tupac Katari); MEPB (Movimento Educadores Populares da Bolívia); Miamsi (Ação Católica Internacional); Prodis Yanapakuna (Programa de Desenvolvimento e Pesquisa Social); Rede Andino de Informação; Unidas (União Nacional de Instituições para o Trabalho de Ação Social)

• **Brasil:** **Grupo de Referência: Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas**, observatorio@ibase.org.br; **Cesec/Ucam – Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes; Clemea – Centro Feminista de Estudos e Assessoria; Criola-Rio; Fase – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional; Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos; Rede Dawn; Abia – Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids; Abong – Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais; ActionAid; Afirma Comunicação e Pesquisa; Agende – Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento; AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras; Articulação de Mulheres Negras Brasileiras; Attac – Ação pela Tributação das Transações Especulativas em Apoio aos Cidadãos; Caces – Centro de Atividades Culturais, Econômicas e Sociais; Ceap – Centro de Articulação de Populações Marginalizadas; Cebrap – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento; Cedec – Centro de Estudos da Cultura Contemporânea; Cedim – Conselho Estadual dos Direitos da Mulher; Cemina – Comunicação, Informação e Educação em Gênero; CEN/Fórum de Mulheres do Piauí; Centro das Mulheres do Cabo; Centro de Cultura Luiz Freire; Centro de Defesa da Criança e do Adolescente/Movimento de Emus; Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião; Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Candido Mendes; Centro de Estudos de Defesa do Negro do Pará; Cepia – Cidadania Estudo Pesquisa Informação e Ação; Cladem – Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher; CPT/Fian – Comissão Pastoral da Terra; Comunidade Bahai; CUT – Central Única dos Trabalhadores; Esplar – Centro de Pesquisa e Assessoria; Fala Preta; Faor – Fórum da Amazônia Oriental; Fórum de Mulheres de Salvador; Fórum de Mulheres do Rio Grande Norte; Geledés – Instituto da Mulher Negra; Grupo de Mulheres Negras Malunga; Instituto Patrícia Galvão; Ippur/UFRRJ – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional; Iser – Instituto de Estudos da Religião; MNDH – Movimento Nacional de Direitos Humanos; Nova; Observatório Afro-Brasileiro; Observatório da Cidadania; Pólis – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Estudos Sociais; Redeh – Rede de Desenvolvimento Humano; Rede Mulher de Educação; Rede Saúde; Ser Mulher – Centro de Estudos e Ação da Mulher Urbana e Rural; SOS Corpo; SOS Mata Atlântica; Themis – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero; Vitae Civis Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz • **Bulgária:** **BGRF** (Fundação de Pesquisa e Gênero da Bulgária), bgrf@fastbg.net; Attac – Bulgária; Bepa – Bulgarian-European Partnership Association (Associação da Parceria Búlgara-Européia); National Trade Union Federation of "Light Industry" (Federação Nacional dos Sindicatos da Indústria Leve • **Camboja:** **Silaka, silaka@forum.org.kh**; ADD – Action on Disability and Development (Ação com Portadores de Deficiências no Processo de Desenvolvimento); Adhoc (Associação de Direitos Humanos e Desenvolvimento do Camboja); CDPO – Cambodian Disabled People's Organization (Organização Cambojana dos Portadores de Deficiências); Cepa – Cultural and Environment Preservation Association (Associação para Preservação Cultural e Ambiental); CHHRA – Cambodian Health and Human Rights Alliance (Aliança Cambojana para Saúde e Direitos Humanos); CLO – Cambodian Labor Organization (Organização Trabalhista Cambojana); CSD – Cambodian Women's Development Agency (Agência de Desenvolvimento das Mulheres Cambojanas); GAD – Gender and Development Agency (Agência de Gênero e Desenvolvimento); Khraoc – Khmer Human Rights and Against Corruption Organization (Organização Khmer pelos Direitos Humanos e contra a Corrupção); KKKHRA – Khmer Kampuchea Krom Human Rights Association (Associação Khmer Kampuchea Krom de Direitos Humanos); KKKHRDA – Khmer Kampuchea Krom Human Rights and Development Association (Associação Khmer Kampuchea Krom de Direitos Humanos e Desenvolvimento); KYA – Khmer Youth Association (Associação da Juventude Khmer); LAC – Legal Aid Association (Associação para Assistência Jurídica); Licadho; Padek – Partnership for Development in Kampuchea (Parceria para o Desenvolvimento no Camboja); UPDF – Urban Poor Development Fund (Fundo de Desenvolvimento para os Pobres Urbanos); UPWD – Urban Poor Development Fund (Fundo de Desenvolvimento para os Pobres Urbanos); URC – Urban Resource Center (Centro de Recursos Urbanos); USG – Urban Sector Group (Grupo do Setor Urbano); Vigilance (Vigilância) • **Canadá:** **Social Watch Canada – Canadian Centre for Policy Alternatives/The North-South Institute** (Centro Canadense para Alternativas de Políticas Públicas/Instituto Norte-Sul), jfoster@nsi-ins.ca • **Cazaquistão:** **Center for Gender Studies** (Centro de Estudos de Gênero), gender@academset.kz • **Chile:** **Activa – Área Cidadania, ativiconsultores@vtr.net**; **ACJR** (Aliança Chilena por um Comércio Justo e Responsável); Anamuri (Associação Nacional de Mulheres Rurais e Indígenas); CEM (Centro de Estudos da Mulher); Codepu (Corporação para Promoção e Defesa dos Direitos do Povo); Coletivo Con-Spirando; Corporação La Morada; Eduk; Foro, Rede de Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos; Fundação para Superação da Pobreza; Fundação Terram; Programa de Cidadania e Gestão Local; SOL (Solidariedade e Organização Local) • **China:** **Network (Research Center) for Combating Domestic Violence of China Law Society** – Rede (Centro de Pesquisa) da Sociedade Jurídica da China para Combater a Violência Doméstica, huwei@public3.bta.net.cn • **Colômbia:** **Corporación Región, coregion@epm.net.co**; Plataforma Colombiana de DH, Democracia e Desenvolvimento • **Coreia do Sul:** **CCEJ – Citizen's Coalition for Economic Justice** (Coalizão Cidadã pela Justiça Econômica), mmm@ccej.or.kr, dohye@ccej.or.kr • **Costa Rica:** **Centro de Estudos e Publicações Alforja**, cep@alforja.or.cr; Agenda Cantonal de Mulheres Desamparadas; Ames (Associação de Mulheres da Saúde); Associação Mossas Vozes; Centro de Educação Popular de Vizinhos; Coordenação de Bairros; Coordenação Técnica do Conselho Consultivo da Sociedade Civil; Fedeaguas-Guanacaste; Frente de Organizações para a Defesa da Seguridade Social; Limpal (Liga Internacional de Mulheres Pró-Paz e Liberdade); Sebana (Sindicato dos Empregados do Banco Nacional); Sinae (Sindicato de Auxiliares de Enfermaria); Sindicato de Profissionais de Ciências Médicas • **Egito:** **NAHRD – National Association for Human Rights and Development** (Associação Nacional para o Desenvolvimento e Direitos Humanos), irc@brainy1.ie-eg.com • **El Salvador:** **Cidep** (Associação Intersectoral para o Desenvolvimento Econômico e o Progresso Social), cidep@cidep.org.sv; Apsal (Ação pela Saúde em El Salvador); Codefam (Comitê de Familiares de Vítimas de Violações dos Direitos Humanos de El Salvador); Fuma (Fundação Maquilishuat); Las Dignas (Associação de Mulheres pela Dignidade e a Vida) • **Ecuador:** **CDES** (Centro de Direitos Econômicos e Sociais), cdes@cdes.org.ec • **Espanha:** **Intermón Oxfam, intermon@intermon.org**; Cáritas Espanhola; CONGDE – Coordenadora de ONG para el Desarrollo (Coordenadora de ONGs para o Desenvolvimento) • **Estados Unidos:** **IATP** (Instituto para Políticas Agrícolas e de Comércio), iatp@iatp.org; AFL-CIO – American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations (Federação Americana do Trabalho e Congresso das Organizações Industriais); Center of Concern/US; Gender and Trade Network (Rede de Comércio e Gênero); Inter-American Forum & Global-Links Project (Fórum Interamericano & Projeto de Articulação Global-Local); WEDO – Women's Environment and Development Organization (Organização de Mulheres para o Ambiente e o Desenvolvimento) • **Filipinas:** **Social Watch Philippines, sowat@info.com.ph**; Accord (Organização Alternativa para o Desenvolvimento Rural Baseado na Comunidade); ACT (Aliança dos Professores Conscientes); AER (Ação para as Reformas Econômicas); Afrim (Fórum Alternativo de Pesquisas em Mindanao); Alagad-Mindanao (Aliança contra a Aids em Mindanao); Alay Kapwa-Social Action Center (Alay Kapwa-Centro de Ação Social); Albay NGO-Po Network (Rede de ONGs e Organizações Populares de Albay); Alliance of Community Development Advocates (Aliança de Defensores do Desenvolvimento Comunitário); Angoc – Asian NGO Coalition for Agrarian Reform and Rural Development (Coalizão de ONGs Asiáticas pela Reforma Agrária e o Desenvolvimento Rural); ATD Fourth World Philippines (Ajuda ao Quarto Mundo Filipinas); Bagasse (Aliança Bisaya para o Crescimento das Comunidades de Reforma Agrária e da Empresa Açucareira Sustentável); Bangon (Aliança Bohol de Organizações Não-Governamentais); Bantay Kalingban; Banwang Tuburan; Bapaka; Bataan NGO-Po Network (Rede de ONGs e Organizações Populares de Bataan); Beijing Score Board (Placar de Pequim); Bind – World Initiative for Negros Development (Iniciativa Ampla para o Desenvolvimento de Negros); Caret Inc.; Caucus on Poverty Reduction (Caucus para Redução da Pobreza); CCAGG; CCF Reconciliation Center (Centro de Reconciliação); CMA-Phils – Center for Migrant Advocacy Philippines (Centro para a Defesa dos Migrantes – Filipinas); CMLC; Code – NGO – Caucus of Development NGO Networks (Caucus de Redes de ONGs de Desenvolvimento); Compax – Cotabato; Co-Multiversity; Convergence; CPED – Center for Policy and Executive Development (Centro de Políticas Públicas e Desenvolvimento do Poder Executivo); Daluyong Ugnayan ng mga Kababaihan – National Federation of Women's Group (Federação Nacional de Grupos de Mulheres); Dawn-Southeast Asia/ Women & Gender Institute (Rede Dawn-Sudeste Asiático/Instituto Mulher & Gênero); Ecpat Philippines; Elac – Cebu; Emancipatory Movement for People's Empowerment (Movimento Emancipatório pelo Empoderamento do Povo); E-Net – Civil Society Network for Education Reforms (Rede da Sociedade Civil pelas Reformas da Educação); FDC (Coalizão pela Libertação da Dívida); Federation of Senior Citizens Association of the Philippines (Federação das Associações de Idosos das Filipinas); Feed the Children Philippines (Alimentem as Crianças – Filipinas); Focus on the Global South – Philippine Program (Foco sobre o Sul Global – Programa Filipino); Free the Children Foundation (Fundação pela Libertação das Crianças); Government Watch – Ateneo School of Government (Observatório de Governo – Escola de Governo Ateneo); IBASSMADC; IDS-Phils (Serviços de Desenvolvimento Integral – Filipinas); IID (Iniciativas para o Diálogo Internacional); Iloilo Code of NGOs; Inam – Indicative Medicine for Alternative Health Care System Phils., Inc. (Medicina Indicativa para um Sistema de Atendimento de Saúde Alternativo); IPD (Instituto para a Democracia Popular); Issa – Institute for Social Studies and Action (Instituto de Estudos e Ação Social); Jaro Archdiocesan Social Action Center (Centro de Ação Social da Arquidiocese de Jaro); Jihad Al Akbar; JPIC-IDC – Justice for Peace and Integrity of Creation – Integrated Development Center (Justiça pela Paz e Integridade da Criação – Centro de Desenvolvimento Integrado); Kamam; Kapatiran-Kaunlaran Foundation, Inc.; Kasamakapa – multi-sectoral organization of CSOs for environmental and development in Marinduque (Organização multisetorial de OSCs pelo ambiente e desenvolvimento em Marinduque); Katinig (Kalipunan ng Maraming Tinig ng Manggagawang Inpormal); KFI (Kasanyagan Foundation Inc.); KIN (Kitanglad Integrated NGOs); Kinayahan Foundation (Fundação Kinayahan); Konpederasyon ng mga Nolo Esihano para sa Kalikasan at Kaayusang Panlipunan; La Liga Policy Institute (Instituto de Políticas Públicas La Liga); Labing Kubos Foundation, Inc. (Fundação Labing Kubos); LRC (Centro de Direitos Legais e Recursos Naturais); Lubong Salnikaban Movement; MAG – Medical Action Group (Grupo de Ação Médica); Midsayap Consortium of NGOs and POs (Consórcio de ONGs e Organizações Populares de Midsayap); Mindanawon Initiative for Cultural Dialogue (Iniciativa pelo Diálogo Cultural de Mindanao); MLF (Fundação Agrária Mindanao); Mode – Management & Organizational Development for Empowerment (Gestão e Desenvolvimento Organizacional para o Empoderamento); National Anti Poverty Commission Basic Sectors (Setores Básicos da Comissão Nacional Antipobreza); Natripal; NCCP – National Council of Churches in the Philippines (Conselho Nacional das Igrejas nas Filipinas); NCSO (Conselho Nacional de Desenvolvimento Social); Negronet; NGO-LGU Forum of Camarines Sur; NGO-Po Network of Quezon (Rede ONGs/Organizações Populares de Quezon); NGO-Po of Tobacco City; Niugan (Nagkakaisang Ugnayan ng mga Manggagawa at Magkasaka sa Niugan); Nocfed (Centro para o Desenvolvimento de Negros Oriental); Outreach Philippines, Inc.; Oxfam Grã-Bretanha; Patpi – Positive Action Foundation Philippines, Inc. (Fundação Ação Positiva das Filipinas); Pagbag-O (Panaghangpong sa Gamgaying Bayanihang Grupo sa Oriental Negros); Paghilusa sa Paghidat-Negros; Pakra (Aliança Filipina dos Defensores de Direitos Humanos); PCPD – Philippine Center for Population & Development, Inc. (Centro Filipino de População e Desenvolvimento); PCPS – Philippine Center for Policy Studies (Centro Filipino de Estudos de Políticas Públicas); Peace Advocates Network (Rede de Defensores da Paz); Pepe – Popular Education for People's Empowerment (Educação Popular pelo Empoderamento do Povo); Philippine Human Rights Info Center (Centro de Informações sobre Direitos Humanos das Filipinas); Philippine Partnership for the Development of Human Resources in Rural Areas – Davao (Parceria Filipina para o Desenvolvimento de Recursos Humanos em Áreas Rurais – Davao); Phil-Net Visayas; PhilNet-RDI (Rede Filipina de Institutos de Desenvolvimento Rural); Pinoy Plus Association; Pipuli Foundation, Inc.; PLCPD (Philippine Legislators Committee on Population and Development Foundation (Fundação da Comissão de Legisladores Filipinos sobre População e Desenvolvimento); PPI – Philippine Peasant Institute (Instituto do Camponês Filipino); Process-Bohol – Participatory Research Organization of Communities and Education towards Struggle for Self Reliance (Organização pela Pesquisa**

Participativa em Comunidades e Educação para a Luta por Autonomia); Provincial NGO Federation of Nueva Vizcaya (Federação Provincial de ONGs de Nueva Vizcaya); PRRM – Alliance of Community Development Advocate (Aliança de Defensores do Desenvolvimento Comunitário); PRRM (Movimento para a Reconstrução Rural das Filipinas); RDISK (Instituto de Desenvolvimento Rural de Sultan Kudarat); Remedios Aids Foundation; Research and Communication for Justice and Peace (Pesquisa e Comunicação pela Justiça e Paz); Eletrificação Rural e Crédito na Sociedade Filipina (Reaps); Samapa (Samahang Manggagawa sa Pangkalusugan); Samapaco; Sariyaya; Save the Children Fund U.K.; Silliman University; Sitmo – Save the Ifugao Terraces Movement (Movimento pela Salvação dos Terracos de Ifugao); Centro de Ação Social de Malaybalay Bukidnon; Tacdrup (Centro de Assistência Técnica para o Desenvolvimento dos Pobres Rurais e Urbanos); Tambuyog Development Center (Centro de Desenvolvimento Tambuyog); Tanggol Kalikasan; Tarbilang Foundation; Tebbeba Foundation, Inc.; TFDP (Força-Tarefa Detentos das Filipinas); The Asia Foundation (Fundação da Ásia); The Community Advocates of Cotabato (Defensores Comunitários de Cotabato); TWSC (Centro de Estudos do Terceiro Mundo); U.S. (Save the Children); UKP (Ungyanan ng mga Kababaihan sa Pulitika); Ulap – Union of Local Authorities of the Philippines (União das Autoridades Locais das Filipinas); U-Lead! (União por Liderança Nova); UP-Cids – UP Center for Integrative and Development Studies (Centro de Estudos Integrados e de Desenvolvimento); Urban Missionaries (Missionários Urbanos); WHCF – Women's Health Care Foundation (Fundação de Atendimento à Saúde das Mulheres); Womanhealth Philippines (Saúde da Mulher nas Filipinas); Women Alliance Movement for Peace and Progress (Movimento da Aliança das Mulheres pela Paz e o Progresso); Young Moro Professionals (Jovens Profissionais de Moro) • **Gana:** **Third World Network Africa** (Rede do Terceiro Mundo África), **contact@twnafrica.org**; Abantu for Development – Ghana (Abantu pelo Desenvolvimento – Gana); Centre for Democracy and Development (Centro pela Democracia e Desenvolvimento); Christian Council (Conselho Cristão); Civic Response (Resposta Cívica); Consumers Association of Ghana (Associação de Consumidores de Gana); Friends of the Earth (Amigos da Terra); Gender Studies and Human Rights Documentation Centre (Centro de Documentação de Estudos de Género e Direitos Humanos); General Agricultural Workers Union (Sindicato Geral de Trabalhadores Agrícolas); Ghana Association of the Blind (Associação de Cegos de Gana); Ghana National Association of Teachers (Associação Nacional de Professores de Gana); Ghana Registered Nurses Association (Associação de Enfermeiros Registrados de Gana); Integrated Social Development Centre (Centro para o Desenvolvimento Social Integrado); Islamic Council (Conselho Islâmico); National Union of Ghana Students (União Nacional dos Estudantes de Gana); Network for Women's Rights (Rede de Direitos da Mulher); Save the Children Ghana (Salvem as Crianças – Gana); Trades Union Congress (Congresso dos Sindicatos); University of Ghana Students Representative Council (Conselho de Representantes dos Estudantes da Universidade de Gana) • **Guatemala:** **Iniap** (Instituto de Pesquisa e Autoformação Política), **iniap@intelnet.gt**; Comitê Pequim; Coordenação “Sim, Vamos Pela Paz” • **Holanda:** **NCDO** (Comitê Nacional pela Cooperação Internacional e Desenvolvimento Sustentável), **a.roerink@ncdo.nl**; Novib/Oxfam Netherlands • **Honduras:** **CEM-H** (Centro de Estudos da Mulher – Honduras), **cemh@cablecolor.hn**; Cehprodec (Centro Hondurenho de Promoção do Desenvolvimento Comunitário); Iniciativa da Marcha Mundial das Mulheres – Seção de Honduras • **Iêmen:** **Yemen NGOs for Children's Rights** (ONGs do Iêmen pelos Direitos das Crianças), **fouziaabdallah@yahoo.com** • **Índia:** **Cysd** (Centro para a Juventude e o Desenvolvimento Comunitário), **cysdbbs@vsnl.net**; Ncas (Centro Nacional de Estudos Jurídicos); Samarthan • **Indonésia:** **PPSW** (Centro de Desenvolvimento de Recursos para a Mulher), **ppsw@cbn.net.id**; Aspuk – Association for Women in Small Business Assistance (Associação para a Assistência às Mulheres de Pequenas Empresas); Pekka – Women Headed Household Empowerment Program (Programa de Empoderamento de Mulheres Chefes de Família) • **Iraque:** **Iraqi Al-Amal Association** (Associação Iraquiana El-Amal), **baghdad@raqi-alamal.org** • **Itália:** **Unimondo**, **jason.nardi@unimondo.org**; Accli (Associação Católica de Trabalhadores Italianos); Arci (Associação Recreativa e Cultural Italiana); Fundação Cultural Responsabilidade Ética; ManiTese; Movimondo; Sbilanciamenti • **Japão:** **Pare – Pacific Asia Resource Center** (Centro de Recursos do Pacífico Asiático), **office@par.jp.org** • **Jordânia:** Women Organization to Combat Illiteracy in Jordan (Organização de Mulheres para Combater o Analfabetismo na Jordânia) • **Kosovo:** **Riinvesi**, **muhamet.mustafa@riinvesitstitute.org** • **Letônia:** **Letônia NGO Platform** (Plataforma Letã de ONGs), **info@lapas.lv** • **Libano:** **Annd** (Rede de ONGs Árabes para o Desenvolvimento), **annd@annd.org**; Coordination of the NGOs working in the Palestinian communities in Lebanon (Coordenação de ONGs que Trabalham na Comunidade Palestina no Líbano); Lebanese Development Forum (Fórum de Desenvolvimento Líbanês); Movement Social (Movimento Social) • **Litânia:** **Kaunas NGO Support Centre** (Centro de Apoio a ONGs Kaunas), **podiumas@knopc.lt** • **Malásia:** **Consumers' Association of Penang** (Associação de Consumidores de Penang), **meenaco@pd.jaring.my**; Cini Smallholders' Network (Rede de Pequenos Proprietários de Cini); Penang Inshore Fishermen Welfare Association (Associação pelo Bem-estar dos Pescadores Costeiros de Penang); Sahabat Alam Malaysia (Friends of the Earth, Malaysia); Terang Pungpungan Melayu; Third World Network (Rede do Terceiro Mundo) • **Malta:** **Kopin – Koperazjoni Internazzjonali** (Cooperação Internacional), **jmsammut@maltaet.net** • **Marrocos:** **Espace Associatif** (Espaço Associativo), **espasso@iam.net.ma** • **México:** **Equipo Pueblo**, **pueblo@equipopueblo.org.mx**; Cátedra Unesco de Direitos Humanos (Unam); Centro de Análise e Pesquisa Fundar; Centro de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais; Centro de Direitos Humanos Miguel Agustín Pro Juárez; Centro de Estudos Sociais e Culturais Antonio de Montesinos; Centro de Reflexão e Ação Trabalhista; Comissão Mexicana de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos; Deca Equipo Pueblo; Defensoria do Direito à Saúde; Escritório Regional para a América Latina e o Caribe da Coalizão Internacional do Habitat; Espaço de Coordenação das Organizações Cívicas sobre os Desc; Liga Mexicana pela Defesa dos Direitos Humanos; Red Nacional Milenio Feminista; Seção Mexicana de Fian, Casa e Cidade, membro da Coalizão Habitat México • **Nepal:** **Rural Reconstruction Nepal-RRP** (Reconstrução Rural do Nepal), **rrn@rrn.org.np**; All Nepal Peasant Association (Associação de Camponeses de Todo o Nepal); Alliance for Human Rights and Social Justice (Aliança pelos Direitos Humanos e Justiça Social); Centre Nepal: General Federation of Nepalese Trade Union (Centro Nepal: Federação Geral dos Sindicatos Nepaleses); Child Worker Concern; Informal Sector Service Centre (Centro de Serviços do Setor Informal); NGO Federation of Nepal (Federação de ONGs do Nepal) • **Nicarágua:** **CCER** (Coordenação Civil para a Emergência e a Reconstrução), **ccer@ccer.org.ni** • **Nigéria:** **SRI – Socio Economic Rights Initiative** (Iniciativa pelos Direitos Socioeconômicos), **s_watchngr@yahoo.com**; Center for Human Rights and Development (Centro de Direitos Humanos e Desenvolvimento); Civil Resources Concern; CP – Concerned Professionals (Profissionais Conscientes); Development Support Initiative (Iniciativa de Apoio ao Desenvolvimento); Devnet; Gender & Human Rights/Social Watch – Nigéria (Gênero e Direitos Humanos/Social Watch – Nigéria); Ledap – Legal Defence and Assistance Project (Projeto de Defesa e Assistência Jurídica); Legislative and Leadership Project (Projeto Legislativo e de Liderança); Nigerian Habitat Coalition (Coalizão Nigeriana do Habitat); Peoples' Rights Organization (Organização dos Direitos dos Povos); Project Alert for Women's Rights (Projeto Alerta pelos Direitos da Mulher); Rural Women Empowerment Network (Rede de Empoderamento das Mulheres Rurais); Ruwen – Rural Women of Nigeria (Mulheres Rurais da Nigéria); South East Budget Network (Rede de Orçamento do Sudeste); Transition Monitoring Group (Grupo de Monitoramento da Transição); Lagos State Branch; Uyo Youths Foundation (Fundação de Jovens de Uyo) • **Palestina:** **Bisan Center for Research and Development** (Centro Bisan de Pesquisa e Desenvolvimento), **bisand@palnet.com**; Palestinian Non-Governmental Organisations' Network – PNGO (Rede de ONGs Palestinas) • **Panamá:** **Fundação para o Desenvolvimento da Liberdade Cidadã, seção panamenha da Transparência Internacional**, **tipanama@cableonda.net**; Ceaspa (Centro de Estudos e Ação Social Panamenho) • **Paquistão:** **Indus Development Foundation** (Fundação de Desenvolvimento de Indus), **qureshijajaz@hotmail.com** • **Paraguai:** **Decidamos**, **direccion@decidamos.org.py**; Base-Ecta (Educação, Comunicação e Tecnologia Alternativa); CDE (Centro de Documentação e Estudos); Cepag (Centro de Estudos Paraquaios Antonio Guasch); Equipe de Educação em D. H.; Fé e Alegria Movimento de Educação Popular Integral; Nemonguetara Programa de Educação e Comunicação Popular; Presencia Projeto de Formação e Capacitação da Mulher para a Vida Cívica; Seas – AR (Serviço de Educação e Apoio Social); Sedupo (Serviço de Educação Popular); Serpaj – PY (Serviço Paz e Justiça do Paraguai); Tarea • **Peru:** **Conades** (Comitê de Iniciativa; Grupo de Ação Internacional), **hechejar@yahoo.com**; Ceas (Comissão Episcopal de Ação Social); Cedeep (Centro de Estudos para o Desenvolvimento e Participação); Grupo de Economia Solidária e Associação Nacional de Centros; Grupo Género e Economia Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Comitê Peru; Rede Jubileu 2000 • **Portugal:** **Oikos**, **Cooperação e Desenvolvimento**, **sec.geral@oikos.pt** • **Quênia:** **Social Development Network** (Rede para o Desenvolvimento Social), **sdnet@sdnet.or.ke**; Action Aid Kenya; Beacon; CGD (Centro de Governança e Desenvolvimento); Coalition Forum on Justice (Fórum da Coalizão sobre a Justiça); Daraja – Fórum de Iniciativas Cívicas; Ecomons Africa; Education Rights Forum (Fórum de Direitos Educacionais); Femnet (Rede de Comunicação de Mulheres Africanas); Kendren – Kenya Debt Relief Network (Rede de Redução da Dívida do Quênia); Kenya Human Rights Commission (Comissão de Direitos Humanos do Quênia); Kenya Land Alliance (Aliança Queniana pela Terra); Kewwo – Kenya Women Workers Organisation (Organização das Mulheres Trabalhadoras do Quênia); People Against Torture (Povo contra a Tortura); Public Law Institute (Instituto de Direito Público); Release Political Prisoners (Soltem os Presos Políticos); **Seatini – Southern and Eastern African Trade Information and Negotiations Initiative** (Iniciativa de Informação, Negociação e Comércio do Sul e Sudeste da África); Ujamaa Centre (Centro Ujamaa); Undugu Society (Sociedade Undugu) • **República Tcheca:** **Eumenical Academy Prague** (Academia Eumênica de Praga), **tozicka@mybox.cz** • **Romênia:** **Civil Society Development Foundation** (Fundação para o Desenvolvimento da Sociedade Civil), **carmen-e@tdsc.ro** • **Senegal:** **Enda Tiers-Monde**, **enda@enda.sn**; Adesen – Association Pour le Développement Économique Social Environnemental du Nord (Associação pelo Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Norte) • **Síria:** **Environmental Tourism Culture Centre – ETCC** (Centro de Cultura do Turismo Ambiental), **issamkh@hotmail.com** • **Sri Lanka:** **Monlar – Movement for National Land and Agricultural Reform** (Movimento pela Reforma Agrária e Agrícola Nacional), **monlar@stnet.lk** • **Sudão:** **National Civic Forum** (Fórum Cívico Nacional), **h_abdelati@hotmail.com** • **Suíça:** **Swiss Coalition of Development Organisations/Coalizão Suíça de Organizações de Desenvolvimento** (Bread for All, Caritas, Catholic Lenten Fund, Helvetas, Interchurch Aid, Swissaid), **mail@swisscoalition.ch** • **Suriname:** **Stichting Ultimate Purpose**, **maggie@yaho.com**; Cafra Suriname (National Department of Caribbean Association for Feminist Research and Action/Departamento Nacional da Associação Caribenha pela Pesquisa e Ação Feminista) • **Tailândia:** **Focus on the Global South** (Foco no Sul Global), **rahee@focusweb.org**; Arom Pongpangan Foundation (Fundação Arom Pongpangan); Center for Social Development Studies (Centro de Estudos sobre o Desenvolvimento Social); Chulalongkorn University Social Research Institute (Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Chulalongkorn); Foundation for Children's Development (Fundação para o Desenvolvimento da Criança); Foundation for Women (Fundação para as Mulheres); Frontiers for the Advancement of Women (Fronteiras para o Progresso das Mulheres); Political Economy Centre (Centro de Economia Política); Thai Development Support Committee (Comitê de Apoio ao Desenvolvimento Tailandês) • **Tanzânia:** **WLAC – Women's Legal Aid Center** (Centro de Assistência Jurídica da Mulher), **wlac@raha.com**; Afreda (Ação para a Assistência de Desenvolvimento Emergencial); African Youth Development Alliance, Tanzania Chapter (Aliança Africana para o desenvolvimento da Juventude, Filial Tanzânia); Anistia Internacional (Tanzânia); APT – Association for the Prevention of Torture (Associação para a Prevenção da Tortura); Center for Social Ethics (Centro de Ética Social); Chawata (Chama cha Walelavu Tanzania); CHRPP (Centro para a Promoção dos Direitos Humanos); Dolased; Envirocare – Environment, Human Rights Care and Gender Organization (Organização pelo Ambiente, Direitos Humanos e Género); Envirohuro – Environment and Human Rights Organization (Organização do Ambiente e Direitos Humanos); Federation of Women Economists in Tanzania (Federação das Economistas de Tanzânia); JET – The Journalists' Environmental Association of Tanzania (Associação Ambiental dos Jornalistas da Tanzânia); Kagde – Kagera Group for Development (Grupo Kagera para o Desenvolvimento); Kiwahato (Kikundi cha Haki za wanawake na Watoto); Kiwasha (Kituo cha Wasaidizi wa Sheria); Koshika Women Group (Grupo de Mulheres Koshika); Kuleana – Center for Children's Rights (Centro dos Direitos da Criança); Kwico – Kilimanjaro Women Information Exchange and Consultancy Organization (Organização para o intercâmbio de informações e Consultoria das Mulheres de Kilimanjaro); LHRC – Legal and Human Rights Centre (Centro de Assistência Jurídica e Direitos Humanos); Mbezi Blogas and Environment Conservation (Conservação do Biótipo e do Ambiente de Mbezi); Mwanza Women Development Association (Associação pelo Desenvolvimento das Mulheres de Mwanza); NYF – National Youth Forum (Fórum Nacional da Juventude); TWG – Taaluma Women Group (Grupo de Mulheres de taaluma); Tahea – Tanzania Home Economic Association (Associação de Economia Doméstica de Tanzânia); Tahuret – Tanzania Human Rights Education Trust (Fundo para a Educação de Direitos Humanos da Tanzânia); Tamwa – Tanzania Media Women Association (Associação de Mulheres da Mídia de Tanzânia); Tangá Paralegal Aid Scheme (Plano de Assistência Jurídica de Tanga); Tanga; Tanzania Human Rights Association (Associação de Direitos Humanos da Tanzânia); Tawla – Tanzania Women Lawyers Association (Associação de Advogadas da Tanzânia); Tawova – Tanzania Women Volunteers Association (Associação de Voluntárias da Tanzânia); Tayoa – Tanzania Youth Association (Associação da Juventude da Tanzânia); TCRC – Tanzania Conflict Resolution Center (Centro de Resolução de Conflitos de Tanzânia); TGNP; UNA – United Nations Association (Associação das Nações Unidas); Wamata (Walio katika Mapambano na Ukimwi Tanzania); WAT – Women Advancement Trust (Fundo para o Progresso da Mulher); WILDAF – Women in Law and Development in Africa (Mulheres na Lei e no Desenvolvimento na África); Women's Research and Documentation Project (Projeto de Pesquisa e Documentação da Mulher); Zahura – Zanzibar Human Rights Association (Associação de Direitos Humanos de Zanzibar) • **Tunísia:** **LTDH – Tunisian League for Human Rights** (Liga Tunisiana de Direitos Humanos), **sjourshi@lycos.com** • **Uganda:** **Deniva** (Rede de Desenvolvimento da Associação Voluntária de Indígenas), **deniva@utlonline.co.ug**; Action Aid Uganda; Africa 2000 Network (Rede África 2000); Centre for Basic Research (Centro de Pesquisa Básica); Fort Portal (Portal Fort); International Council on Social Welfare (Conselho Internacional do Bem-estar Social); Kabarole Research Centre (Centro de Pesquisa Kabarole); MS Uganda; Nuru; Rural Initiatives Development Foundation (Fundação para o Desenvolvimento de Iniciativas Rurais); Sodam – Soroti District Association of NGOs Network (Associação de Rede de ONGs do Distrito de Soroti); Tororo Civil Society Network (Rede da Sociedade Civil de Tororo); Uganda Debt Network (Rede da Dívida de Uganda); Uganda Rural Development and Training Programme (Programa de Desenvolvimento Rural e Treinamento de Uganda) • **União Européia:** **Eurostep** (Solidariedade Européia para a Participação Igualitária do Povo), **sstocker@eurostep.org** • **Uruguai:** **CNS Mujeres por Democracia**, **Equidad y Ciudadanía** (Comissão Nacional de Seguimento Mulheres pela Democracia, Equidade e Cidadania), **cnsmujeres@adinetcom.uy** • **Venezuela:** **Fronte Continental de Mulheres**; Comitê de Base “Juana Ramirez, la Avanzadora”; Rede Popular de Usuárias do Banjujar • **Vietnã:** **Gendercen** (Centro de Estudos de Género, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável), **que@hn.vnn.vn**; **Vietnam Women's Union** (Sindicato de Mulheres do Vietnã), **wunioin@netnam.org.vn** • **Zâmbia:** **WFC – Women for Change** (Mulheres pela Mudança), **wfc@zamnet.zm**

Sumário

Prefácio	
Por Fernanda Lopes de Carvalho	9
Apresentação	
Sussurros não bastam	
Por Roberto Bissio	11
INFORMES TEMÁTICOS	
Promessas quebradas, metas distantes	15
Gênero e pobreza: desigualdades entrelaçadas	27
PANORAMA BRASILEIRO	
Entre a política econômica e a questão social	
Por Fernando J. Cardim de Carvalho	33
Desenvolvimento subordinado ao modelo exportador	
Por Adhemar S. Mineiro	42
Para além da justiça distributiva	
Por Amélia Cohn	49
A luta continua: o combate ao racismo no Brasil pós-Durban	
Por Jurema Werneck	56
Violência, insegurança e cidadania: reflexões a partir do Rio de Janeiro	
Por Márcia Pereira Leite	66
PANORAMA MUNDIAL	
Alemanha	
Metas de Copenhague ainda muito distantes	73
Chile	
Menos pobreza, mais desigualdade	76
Equador	
Bonança petrolífera, escassez de cidadania	79
Estados Unidos	
Quando o bem-estar social não é prioridade	82
Indonésia	
Por uma definição plural de pobreza	85
Moçambique	
Vulnerabilidade extrema	88
Quênia	
Sem recursos para financiar o social	91
Fontes e recursos internacionais de informação	94
ONGs de atuação global	97
Grupo de referência – Brasil	101
Fontes nacionais de informação	102

PREFÁCIO

Há dez anos, foram realizadas duas conferências do chamado ciclo social da Organização das Nações Unidas (ONU): a Cúpula de Desenvolvimento Social, em Copenhague, e a Conferência da Mulher, em Pequim. Naquele mesmo ano, surgiu a rede *Social Watch*. Seu objetivo é acompanhar (e cobrar) o cumprimento, por parte dos governos signatários das declarações finais dessas conferências (e das seguintes), dos compromissos assumidos naqueles documentos. O resultado de tal trabalho de monitoramento e cobrança tem sido apresentado nos relatórios anuais. Nesta décima edição, de número 9,¹ intitulada “Rugidos e Sussurros”, damos continuidade a esse esforço de informação e mobilização em torno das metas sociais acordadas pela comunidade internacional.

As conferências do ciclo social multiplicaram-se depois de 1995, abordando aspectos variados da questão social, mas podemos sintetizar seu espírito na definição de iniciativas no sentido de erradicar a pobreza e promover a equidade de gênero e étnica em todos os países. Essas reuniões buscavam também valorizar a ONU como espaço para o debate livre e pacífico entre as nações em torno de uma agenda de transformação social.

Apesar de a retórica das boas intenções usualmente exibida por representantes de governos, em reuniões dessa natureza, refletir-se poucas vezes no comprometimento real com as suas propostas, as conferências sociais tiveram um papel importante na mobilização internacional da sociedade civil nestes dez anos. O trabalho de preparação e acompanhamento das reuniões da ONU, muitas vezes com o apoio da própria instituição, permitiu o aumento do grau de articulação internacional entre organizações da sociedade civil de âmbito nacional, contribuindo para a busca de espaços próprios de debate, o que gerou iniciativas como o Fórum Social Mundial e a Chamada Global para a Ação contra a Pobreza (GCAP, na sigla em inglês).²

Nesses espaços alternativos, tem sido possível examinar com mais profundidade e persistência o desempenho dos governos na concretização das metas sociais apresentadas nas conferências sociais, bem como formular propostas mais avançadas de ataque às causas da pobreza e da desigualdade, em todos os seus aspectos.

Na verdade, jamais foram alimentadas ilusões quanto à eficácia das conferências. Sempre se soube que elas serviriam, na

melhor das hipóteses, para expor a *falta* de compromisso efetivo de governos nacionais com a questão social. As boas intenções que cercaram a criação da ONU, em 1945, nunca foram tão longe a ponto de produzir mecanismos pelos quais as decisões ali tomadas pudessem ser efetivamente implementadas. Com isso, a aplicação de acordos assinados em seu âmbito depende da disposição de cada governo em fazê-lo.

Para muitos governos, as conferências pareceram ser pouco mais que a oportunidade de seus e suas representantes exibirem dotes de retórica, enquanto suas políticas sociais permaneceram, como diz o povo estadunidense, *business as usual*. Os direitos humanos e o combate à pobreza, à desigualdade, à discriminação, à exploração entre países e dentro deles próprios continuariam, em grande medida, tendo pouco peso na formulação de políticas econômicas e sociais. Políticas anti-sociais continuaram sendo promovidas em todo o mundo. A busca, por parte dos países pobres, de estratégias autônomas de desenvolvimento continuou ativamente desencorajada, de modo especial por países mais avançados. Governos de países em desenvolvimento que, por distração ou ingenuidade, considerassem as propostas aceitas nas conferências como compromissos efetivos acabariam por encarar a reprovação ativa de instituições como o Fundo Monetário Internacional, cujos poderes jamais foram tocados por essas conferências.

Desse modo, o balanço das conferências realizadas nesses dez anos não pode deixar de ser severo. No entanto, para quem não tinha ilusões, é preciso reconhecer que, se governos mostraram falta de seriedade de seus compromissos com metas sociais, interna e externamente, a sociedade civil soube se valer delas para criar novos mecanismos de articulação, cobrança e pressão política. É nesse espírito que a continuidade do trabalho da rede *Social Watch* deve ser vista.

A preparação dos artigos do relatório anual do *Observatório da Cidadania* leva vários meses. Por essa razão, não é incomum que o lançamento de cada edição se dê em contextos políticos, nacional e internacional, imprevisíveis quando da finalização dos textos. O Brasil, neste segundo semestre de 2005, vive uma crise política de grandes proporções e de desfecho totalmente incerto. A rapidez com que se desdobra e a incerteza de sua solução impedem que mesmo um balanço provisório de seu impacto possa ser realizado neste relatório. Vale lembrar que o *Observatório da Cidadania*, desde sua criação, está voltado para a análise de processos e políticas de longo prazo, e não para a discussão de conjuntura.

¹ O primeiro relatório foi de número 0.

² Ver <www.chamadacontrapobreza.org.br> ou <www.whiteband.org>.

Os Informes Temáticos tratam das diferentes abordagens da pobreza na Cúpula de Desenvolvimento Social de Copenhague e na Declaração do Milênio e apresentam os 11 pontos referenciais para a erradicação da pobreza e diminuição das desigualdades, elaborados por organizações da sociedade civil de todo o mundo e encaminhados ao presidente da Assembleia Geral da ONU. Um dos artigos reafirma a necessidade de se considerar a ligação intrínseca entre gênero e pobreza nas metodologias de avaliação da pobreza e na elaboração de estratégias para o seu enfrentamento. Essas análises devem ser complementadas com a observação dos dados contidos no CD que acompanha este volume, apontando os avanços e retrocessos de 181 países nas várias áreas de desenvolvimento social. O panorama mundial apresenta, ainda, relatórios analíticos da situação de 51 países preparados pelas coalizões nacionais do *Social Watch*.³

No Panorama Brasileiro, são analisados os fatores responsáveis pela persistência da pobreza e da desigualdade no país. O primeiro texto, de Fernando J. C. Carvalho, parte da constatação de que, dez anos após a Conferência de Copenhague, o Brasil pouco avançou na abordagem da questão social. Apesar de haver prometido, no documento que encaminhou à conferência, que a questão social não mais teria um tratamento residual, mas, ao contrário, informaria todas as ações governamentais, o país não avançou na superação da dicotomia política econômica e política social e na promoção de mudanças estruturais para alterar o perfil de distribuição de riqueza e renda. Enquanto, nos países desenvolvidos, o Estado foi um instrumento de redistribuição de renda, taxando proporcionalmente mais a parcela rica da população, “no Brasil o Estado tornou-se cada vez mais um Robin Hood às avessas – transfere rendas às classes médias e altas sob a forma de pagamento de juros”.

No texto seguinte, Adhemar S. Mineiro questiona a forma de inserção comercial internacional do Brasil, baseada na expansão de importações de produtos de baixo conteúdo tecnológico e intensivos em recursos naturais e ambientais. Essa opção pela expansão das exportações estaria inviabilizando um projeto de desenvolvimento com inclusão social, fundado na expansão do mercado interno, além de se constituir numa política de crescimento de curto fôlego.

Amélia Cohn retoma a discussão sobre a dificuldade de articular políticas sociais e econômicas e a necessidade de as últimas serem ditadas pelos parâmetros dos direitos sociais. Analisa os programas de transferência de renda com co-responsabilidade das pessoas beneficiárias, alertando para as distinções entre “nova” e “velha pobreza” e os desafios de criar redes de proteção social proativas. “Trata-se de introduzir na agenda pública a dimensão do bem-estar e da justiça social, na ótica do acesso a condições concretas que garantam uma efetiva qualidade de vida dos indivíduos, dentre elas sua autonomia como cidadãos e cidadãs portadores(as) de direitos, e por conseqüência, sua autonomia frente ao Estado.”

Um elemento central no que se refere ao enfrentamento da pobreza e da desigualdade no Brasil é, sem dúvida, a questão racial, aqui analisada por Jurema Werneck. A autora inicia o texto lembrando que este é o ano da realização da 1ª Conferência Nacional sobre a Desigualdade no Brasil e também do início do processo preparatório para a conferência Durban+5, que ocorrerá em 2006, em Santiago (Chile).⁴ Com esse cenário em vista, faz uma rápida revisão da situação da população negra, analisa a agenda de reivindicações do movimento negro e elabora um balanço das ações governamentais nessa área nos últimos dez anos.

Um tema recorrente do *Observatório da Cidadania*, violência e insegurança nas metrópoles, é abordado por Márcia Pereira Leite. A autora parte de informações de pesquisa qualitativa, baseada em entrevistas com pessoas residentes em favelas, para trazer suas vozes e perspectivas ao debate público sobre violência e insegurança. A associação intrínseca entre favelas e violência estigmatiza e criminaliza moradores e moradoras daquelas áreas, contribui para aprofundar o preconceito em relação a essa população e cria ambiente favorável ao apoio a políticas de segurança pública desvinculadas do respeito aos seus direitos civis e ao pleno acesso à cidade.

Fernanda Lopes de Carvalho

Coordenadora da edição brasileira do *Social Watch/ Observatório da Cidadania*

³ Encontram-se no CD que acompanha esta publicação.

⁴ A 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (CMR) foi realizada em 2001, em Durban, África do Sul.

APRESENTAÇÃO

Sussurros não bastam

“O povo rugiu, mas o G8 apenas sussurrou.” Essa foi a poderosa metáfora usada por Kumi Naidoo, presidente da Chamada Global para a Ação contra a Pobreza¹ (GCAP, na sigla em inglês), ao expressar sua desilusão com o resultado da reunião dos oito dirigentes políticos mais poderosos do mundo na Escócia, em julho de 2005.

Calcula-se que bilhões de pessoas viram os concertos televisionados do *Live 8*, no dia anterior à reunião do G8. Milhares delas enviaram mensagens por correio eletrônico ou celulares, exigindo decisões concretas e práticas do G8 contra a pobreza: mais ajuda e de melhor qualidade para o desenvolvimento, o perdão da dívida para os países que não podem oferecer serviços sociais básicos a suas populações e relações comerciais mais justas.

As expressões da opinião pública exigindo medidas contra a pobreza foram tão impressionantes que os oito dirigentes decidiram demonstrar seu compromisso com a causa, assinando um comunicado final numa cerimônia pública – algo pouco habitual nas reuniões do G8. No entanto, além de os anúncios oficiais não terem atendido plenamente as esperanças, mesmo antes de secar a tinta do comunicado, o representante dos Estados Unidos no encontro (principal assessor do presidente George W. Bush) negou ter concordado com qualquer aumento da ajuda estadunidense.

Naquele momento, a atenção do mundo estava focalizada nas bombas que explodiram no sistema de transporte de Londres. Assim, pouca gente se deu conta do enorme rugido, calado rapidamente e transformado num sussurro envergonhado.

O relatório de 2005 do *Social Watch* trata precisamente da distância que separa as promessas da ação. A pobreza e a discriminação entre os gêneros literalmente matam, e seria possível evitar milhares de mortes silenciosas ocorridas diariamente.

Há 60 anos, quando foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), a motivação imediata era “preservar as gerações futuras do flagelo da guerra”. Porém, as pessoas visionárias que escreveram a Carta da ONU em San Francisco já sentiam que a “segurança coletiva” e a ausência de guerras não bastavam e não podiam ser conquistadas sem “reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa

humana, na igualdade dos direitos dos homens e das mulheres e das nações grandes e pequenas”, juntamente com a resolução de “promover o progresso social e [...] elevar o nível de vida, dentro de um conceito mais amplo de liberdade”.

Em 1995, quando o fim da Guerra Fria voltou a despertar as esperanças de que finalmente seriam concretizadas as promessas daquele documento, grupos de cidadãos e cidadãs de todo o mundo se reuniram e criaram o *Social Watch*, para apresentar relatórios anuais independentes sobre como os governos cumpriam suas próprias normas e promessas. Naquela época, como agora, a atenção estava concentrada nas promessas solenes que fizeram os chefes de Estado de alcançar a igualdade entre os gêneros e erradicar a pobreza, “fazendo história” às vésperas do século XXI.

Este é o décimo relatório do *Social Watch*. Seu conceito essencial não mudou: nossos governantes assumiram compromissos e os cidadãos e as cidadãs têm o direito e a responsabilidade de exigir que os governos prestem contas de suas promessas e obrigações legais. O que mudou na última década foram as ferramentas de controle do *Social Watch* e a amplitude de nossa rede.

O primeiro relatório do *Social Watch*, de 1996, incluía as conclusões das ONGs de 11 países. O relatório de 2005 reúne as conclusões de mais de 50 coalizões nacionais de todos os continentes. Cada informe nacional² foi composto por organizações e movimentos que realizam atividades ao longo de todo o ano sobre os temas de desenvolvimento social. Eles fazem uma reunião anual para avaliar as ações do governo e seus resultados. Suas conclusões não se propõem apenas como pesquisas, mas são usadas para interpelar as autoridades e ajudar a desenhar políticas públicas melhores a favor das pessoas pobres.

Os relatórios do *Social Watch* não são feitos *sob encomenda*. O tema específico de cada edição é discutido coletivamente e cada grupo nacional decide suas próprias prioridades e ênfases. Os grupos arrecadam seus próprios recursos, usados majoritariamente em consultas aos movimentos sociais, para solicitar provas e validar suas conclusões. O Secretariado Internacional tem o papel de processar todas essas informações e editar o relatório mundial. O Comitê Coordenador

1 <www.chamadacontrapobreza.org.br>

2 No Panorama Mundial deste volume, são apresentados os relatórios de sete países. Os demais estão disponíveis no CD que acompanha a publicação.

Internacional do *Social Watch*, eleito pelas plataformas nacionais numa assembleia, proporciona orientaçao e liderançaa essa rede. Uma equipe de pesquisadores(as) sociais, radicada em Montevideu, sede do *Social Watch*, obtêm as últimas informações existentes, nacionais e internacionais, e as processa com metodologias formuladas, testadas e analisadas a fundo nos últimos dez anos, para apresentar as estatísticas de cada país e os resumos mundiais incluídos no CD que acompanha esta publicação.

Também no CD, é apresentado um Índice de Capacidades Básicas – baseado na metodologia originalmente desenvolvida pela coalizão das Filipinas para monitorar os governos locais – e outro indicador também original: o Índice de Equidade de Gênero. As conclusões desses índices são compatíveis com as dos informes nacionais e com a análise detalhada de cada uma das dimensões da pobreza e da desigualdade (educação, saúde, nutrição e habitação). Infelizmente, conclue-se que, sem uma mudança fundamental nas tendências atuais, simplesmente não serão cumpridas até

mesmo as metas mínimas solenemente acertadas por chefes de governo e de Estado, durante a Cúpula do Milênio em 2000.

A reunião do G8 na Escócia não gerou o impulso adicional necessário para avançar na direção de um mundo livre da pobreza e com igualdade entre gêneros, raças e etnias. Os líderes mundiais tiveram nova oportunidade este ano, quando se reuniram para celebrar o 60º aniversário da ONU, em setembro, e terão uma última chance quando enviarem seus ministros à reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Hong Kong, em dezembro.

Ao demonstrar que as promessas anteriores não foram cumpridas, não fomentamos o ceticismo, porém exigimos ações. A história continua evoluindo. Ainda não foram ditas as últimas palavras, e cidadãos e cidadãs podem, sim, fazer diferença. O momento de agir contra a pobreza é agora!

Roberto Bissio

Secretariado Internacional do *Social Watch*

◎ INFORMES TEMÁTICOS



Promessas quebradas, metas distantes

A menos que sejam feitas mudanças substanciais, os objetivos estabelecidos para 2015 pelos governos durante a Cúpula do Milênio não serão alcançados. É o que comprovam os resultados apresentados por mais de 50 países. Em todas as áreas – saúde, nutrição, educação ou provisão de serviços essenciais, como saneamento –, os avanços foram insuficientes e, com grande frequência, não houve nenhum progresso.

Equipe de pesquisa do *Social Watch*^{*}

Nenhuma sociedade pode ser florescente e feliz, se a grande maioria de seus membros forem pobres e miseráveis.

Adam Smith, A riqueza das nações (1776).

Há quase cinco anos, o maior encontro já visto de chefes de Estado e de governo fez esta promessa solene aos povos do mundo: “Não pouparemos nenhum esforço para libertar nossos semelhantes – homens, mulheres e crianças – das condições abjetas e desumanizadoras da pobreza extrema”.¹ Já passaram quase dez anos desde que as lideranças mundiais assumiram o compromisso solene em Copenhague com “a meta de erradicar a pobreza do mundo, por meio de ações nacionais decisivas e da cooperação internacional, como um imperativo ético, social, político e econômico da humanidade”.²

Essa é uma agenda ambiciosa. Tão ambiciosa que foi comparada por muitas lideranças à tarefa histórica da abolição da escravidão no século XIX. Inspirados pela Declaração de Copenhague e pela Plataforma de Ação de Pequim sobre a igualdade entre os gêneros,³ grupos de cidadãos e cidadãs de todas as partes do mundo se juntaram para formar a rede do *Social Watch*. Desde então, todos os anos vem sendo publicado um relatório detalhado para monitorar o cumprimento dos compromissos internacionais dos governos.

Os resultados apresentados pelas coalizões nacionais do *Social Watch* em mais de 50 países e a análise dos indicadores disponíveis coincidem num ponto: em grande medida, as promessas não foram cumpridas. A menos que, em breve, sejam feitas mudanças substanciais, os objetivos estabelecidos para o ano 2015 não serão alcançados. Em todas as áreas – saúde, nutrição, educação ou provisão de serviços essenciais, como saneamento –, os avanços foram insuficientes e, com

grande frequência, simplesmente não houve nenhum progresso.

São fatos concretos, inquestionáveis. Diferentemente das promessas eleitorais de candidatos e candidatas – muitas vezes vagas, genéricas e difíceis de serem relacionadas a seu cumprimento real –, a maior parte dos objetivos estabelecidos coletivamente por líderes mundiais durante a Cúpula do Milênio, em 2000, no que ficou conhecido como as Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDMs), refere-se a objetivos e indicadores muito concretos. Ao avaliar a evolução desses indicadores, comparando com a posição em que cada país deveria estar para cumprir os objetivos fixados para 2015, a conclusão inevitável é que, sem uma grande melhoria das tendências atuais, essas metas não serão alcançadas.

Metas de Desenvolvimento do Milênio

1. Erradicar a pobreza extrema e a fome
2. Atingir o ensino primário universal
3. Promover a igualdade entre os gêneros e empoderar as mulheres
4. Reduzir a mortalidade infantil
5. Melhorar a saúde materna
6. Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças
7. Garantir a sustentabilidade ambiental
8. Estabelecer uma parceria global para o desenvolvimento

O que deu errado? Os objetivos eram exageradamente ambiciosos ou irrealistas? Jan Vandemoortele, que ajudou a estabelecer esses objetivos quando trabalhou no Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e que, agora, é o funcionário de mais alto nível do Grupo de Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU) encarregado de monitorar as MDMs, não concorda com isso: “Em geral, os objetivos quantitativos foram estabelecidos com base na premissa de que os avanços observados nas décadas de 1970 e 1980, em nível global, seriam mantidos nos 25 anos seguintes, de 1990 a 2015. Por exemplo, se os avanços na sobrevivência infantil tivessem continuado como naquelas décadas, a taxa global de mortalidade infantil em 2015 seria dois terços menor do que em 1990” (Vandemoortele, 2005).

Em outras palavras, o fato de o mundo só ter avançado a metade do necessário para atingir as MDMs significa que a velocidade do progresso em desenvolvimento social vem diminuindo desde 1990 – a despeito de todas as promessas e declarações.

A coalizão do *Social Watch* no Quênia descobriu que os gastos governamentais em serviços sociais básicos tinham declinado de 20% do orçamento nacional em 1980 para 13% em 1995. Entre 1997 e 2001, o país gastou 52% da receita total governamental com pagamentos da dívida.

O número de crianças que morrem antes de seu primeiro aniversário não constitui somente uma das MDMs, mas é também um indicador válido de como um país se desenvolve. Três de cada quatro países para os quais há dados disponíveis tiveram desempenho pior nos últimos 15 anos do que nas décadas de 1970 e 1980. Em 80% dos países, a mortalidade de crianças menores de 5 anos estava caindo mais rapidamente antes de 1990.

Uma das metas do milênio é que todas as crianças estejam na escola aos 5 anos. No entanto, o avanço da escolarização também teve seu ritmo reduzido desde 1990. As regiões que progredem em termos de frequência às aulas na escola primária são a América Latina e a Europa, que já estavam em situação melhor em termos comparativos. Paradoxalmente, nesse mesmo período, a educação universitária cresceu de forma intensa em todas as regiões do mundo. Isso aponta para o cenário social real da última década: desigualdade crescente. As elites estão em melhor situação em toda parte. No lugar de vermos a diminuição da pobreza, somos testemunhas de um crescente hiato social.

Por exemplo, nas Filipinas, a coalizão do *Social Watch* informa que a relação entre a renda do quintil mais rico da população e do quintil mais pobre era de 13 para um em 1990. Em 2000, essa distância aumentou para 16 para um.

Na Colômbia, que tem a segunda taxa mais alta de desigualdade do continente, depois do Brasil, os 10% mais ricos dos domicílios tiveram uma renda 30 vezes mais alta do que os 10% mais pobres. Segundo os grupos locais do *Social Watch*, essas disparidades são ainda maiores nas áreas rurais, onde o conflito armado desloca camponeses e camponesas de seus lares e terras.

Tanto nos países ricos como nos pobres, os avanços da igualdade entre os gêneros são ainda

* Karina Battyány (coordenadora), Marina Sol Cabrera, Graciela Dede, Daniel Macadar e Ignacio Pardo.

1 Cúpula do Milênio, Nações Unidas, Declaração do Milênio, parágrafo 11. Nova York, setembro de 2000.

2 Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social, Declaração de Copenhague sobre Desenvolvimento Social, Compromisso 2. Copenhague, março de 1995.

3 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher. Declaração e Plataforma de Ação de Pequim. Pequim, setembro de 1995.

mais lentos. O sindicato da indústria metalúrgica alemã, IG Metall, faz referência ao “progresso a passo de cágado”. Observou o relatório nacional do *Social Watch* da Alemanha: “Caso os salários das mulheres na Alemanha Ocidental continuem a se aproximar dos salários dos homens no mesmo ritmo dos últimos 40 anos, serão necessários no mínimo outros 40 anos para que as trabalhadoras de atividades administrativas e intelectuais, e muito mais de 70 anos para as que realizam tarefas manuais possam alcançar seus colegas masculinos.”

É um paradoxo clamoroso que os avanços mensuráveis em saúde, educação, saneamento e promoção das mulheres tenham diminuído de ritmo imediatamente após o fim da Guerra Fria, quando se esperava um grande “dividendo da paz” e quando as lideranças políticas eram unânimes em expressar seu compromisso com a luta contra a pobreza e também quando o público, talvez como resultado da expansão das comunicações globais, mostrou sua generosidade, como na impressionante “onda de solidariedade” que ocorreu logo após o trágico *tsunami* de dezembro de 2004.

Uma campanha internacional pela cidadania, a Chamada Global para Ação contra a Pobreza, foi lançada, em janeiro de 2005, para exigir mais ajuda oficial (e de melhor qualidade) a países mais pobres, justiça nas relações comerciais e cancelamento das dívidas como requisitos para cumprir as metas que foram acordadas no plano internacional. No Reino Unido, a campanha adotou o ambicioso lema: “Façamos da pobreza uma coisa do passado” (*Make Poverty History*).

Com a esperança de que o G8 (os oito países mais poderosos do mundo cujos governantes se reuniram na Escócia, em julho passado) tomassem medidas reais contra a pobreza, milhões de pessoas ostentaram faixas brancas, o símbolo da campanha, e um grupo de celebridades organizou a série de concertos “*Live8*”, televisionados simultaneamente em todo o mundo, o que pode ter resultado na maior audiência da história para um evento. Em contraste com os concertos similares de “*LiveAid*” há 20 anos, a intenção não foi arrecadar dinheiro para pessoas pobres, e sim motivar seus governos a criarem condições que permitam a esses cidadãos e cidadãs e a seus países ganharem a vida de forma digna.

Em anos anteriores, manifestantes contra a globalização ou “*altermondialistes*” (para usar sua própria denominação em francês) procuraram impedir as reuniões do G8, por acreditarem que nada de bom resultaria de um encontro de homens poderosos que não prestam contas a ninguém. Algumas das reuniões, terminaram antes do previsto, devido a distúrbios causados pelas legiões que impediam a passagem nas ruas. Este ano, em julho, nem sequer as bombas que explodiram em Londres alteraram a reunião dos governantes, mas as decisões adotadas não chegaram nem perto das esperanças mais realistas. Poucas horas depois de assinar o documento que se duplicava a ajuda a África até 2010, o governo dos Estados Unidos negou ter assumido um novo compromisso para

aumentar sua ajuda ao desenvolvimento, uma das mais baixas, em termos *per capita*.

Em setembro de 2005, monarcas, presidentes e primeiros-ministros de todo o mundo se reuniram novamente, desta vez na sede das Nações Unidas em Nova York, para avaliar sua gestão a respeito do cumprimento dos objetivos da Declaração do Milênio. Kofi Annan, Secretário Geral da ONU, encorajou os líderes mundiais a atuar com audácia e em três direções: paz e segurança, direitos humanos e democracia, e desenvolvimento e erradicação da pobreza. Infelizmente, os resultados da cúpula frustraram mesmo as mais modestas expectativas.

Pobreza e globalização

O que queremos dizer quando falamos sobre pobreza?

De acordo com o Programa de Ação da Cúpula sobre Desenvolvimento Social,

a pobreza tem várias manifestações, dentre elas: a ausência de renda e recursos produtivos suficientes para assegurar uma subsistência sustentável; fome e desnutrição; saúde precária; acesso limitado ou inexistente à educação e a outros serviços básicos; crescente morbidade e mortalidade causadas por doenças; ausência de habitação ou habitação inadequada; ambientes inseguros; discriminação social e exclusão. Também é caracterizada por falta de participação nos processos decisórios e na vida civil, social e cultural. A pobreza ocorre em todos os países: de maneira generalizada, em muitos países em desenvolvimento; como bolsões no meio da riqueza, em países desenvolvidos; com o resultado da perda dos meios de subsistência resultante da recessão econômica; de forma súbita, resultante de desastres ou conflitos; atingindo trabalhadores e trabalhadoras com baixos salários; e levando à total miséria as pessoas que ficaram fora dos sistemas de apoio familiares, das instituições sociais e das redes de proteção social.⁴

O Programa de Ação ainda enfatiza que a “pobreza absoluta é uma condição caracterizada pela privação severa das necessidades humanas básicas, incluindo alimentação, água potável, saneamento, saúde, habitação, educação e informação. Ela depende não somente da renda, como do acesso aos serviços sociais”.⁵

A Declaração do Milênio usa o termo “pobreza extrema” provavelmente com o mesmo sentido utilizado pela Cúpula Social, pois as duas declarações citam a cifra de “mais de um bilhão” de pessoas na pobreza absoluta ou extrema. No entanto, as MDMs combinam referências às necessidades (alimentação, água) com os meios (renda) quando prometem reduzir à metade, até o ano 2015, “a proporção de pessoas cujas rendas são menores do que US\$ 1 por dia” e “a proporção de pessoas que passam fome”, assim como, até essa mesma data, reduzir à metade “a proporção de pessoas sem acesso sustentável à água potável”.

Ao adotar o indicador popularizado pelo Banco Mundial de US\$ 1 por dia para definir e medir a pobreza, a Declaração do Milênio se afasta dos pontos de vista da Cúpula Social, assim como da posição do economista Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel, segundo o qual “a pobreza deve

ser vista como privação de capacidades básicas, e não meramente como renda baixa” (Sen, 1999).

O *Social Watch* demonstrou ser possível usar um índice de capacidades que não incluía a renda para refletir a situação dos países de forma consistente com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), tendo a vantagem de permitir o monitoramento por província e município. Entretanto, os índices refletem médias e não permitem contar as pessoas pobres.

A contagem das pessoas pobres

A cifra de 1,3 bilhão de pessoas pobres publicada pelo Banco Mundial obteve sucesso instantâneo e tem sido citada *ad nauseam* em qualquer publicação ou discurso relacionado à pobreza. No entanto, o Banco Mundial tem sido acusado de usar uma metodologia que subestima o número de pessoas pobres (Reddy e Pogge, 2003), basicamente porque se baseia no “poder de compra paritário” das moedas locais, que é ajustado de acordo com os preços médios nacionais, e não segundo os preços realmente pagos pelas pessoas que vivem na pobreza.

O indicador de US\$ 1 por dia também é inapropriado para muitas regiões do mundo. Na América Latina, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) usa US\$ 2 por dia para definir a linha de pobreza extrema. Nos Estados Unidos, esse limiar está em torno de US\$ 12 por dia.

Enquanto os termos pobreza “extrema” ou “absoluta” tentam definir um mínimo para a sobrevivência biológica, o conceito de pobreza realmente utilizado pelas pessoas e que influencia suas atitudes e decisões é definido socialmente. Assim, no Reino Unido, a medida “*Breadline Britain*” define o domicílio como pobre se a maioria das pessoas na Grã-Bretanha, na época desse cálculo, considerava que esse domicílio era pobre. De acordo com tal medida, a pobreza cresceu no Reino Unido de 21% para 24% entre 1991 e 2001. Mesmo quando o padrão de vida geral se eleva, a pobreza também pode crescer, se a sociedade se tornar mais desigual.

Segundo análise preliminar de pesquisadores e pesquisadoras do *Social Watch*, o uso de definições nacionais de pobreza, no lugar da linha de “pobreza extrema” internacional, resultaria num aumento de pelo menos meio bilhão de pessoas pobres, levando em conta somente países de renda média e alta. Em 2003, havia, nos Estados Unidos, 35,8 milhões de pessoas consideradas oficialmente pobres (12,5% da população; 1,3

milhão a mais do que em 2002). Na União Européia, cerca de 70 milhões de pessoas eram contadas como pobres, das quais 5 milhões viviam abaixo da linha internacional de pobreza. Na América Latina, existem mais 200 milhões de pessoas vivendo na pobreza, partindo-se mais das definições nacionais oficiais do que dos critérios internacionais. Nos países de renda mais baixa, as definições do Banco Mundial muitas vezes se tornaram as oficiais, principalmente por causa da enorme dependência desses países dos empréstimos em condições favoráveis e doações do Banco, o que, por outro lado, facilmente se traduz em dependência da ideologia dessa instituição.

Para piorar as coisas, a maioria dos indicadores de pobreza, incluindo aqueles não-baseados somente na renda, mas também na satisfação das necessidades básicas, estão fundados em pesquisas domiciliares que consideram a família como uma unidade e assumem que todos os membros de um domicílio partilham igualmente a renda e os recursos disponíveis – não importando a idade nem o gênero. O resultado é uma subestimação do número de mulheres que vivem na pobreza, pois muitas delas não conseguem satisfazer suas necessidades básicas, mesmo vivendo em famílias que estão *acima* da linha de pobreza (Batthyány *et al.*, 2004).

Mundo mais rico, pobres mais pobres

Precisamos realmente de uma única definição internacional de renda para a pobreza? Para mobilizar a opinião pública e fortalecer a vontade política requerida na implementação desses compromissos, os indicadores de progresso são, sem dúvida, necessários. Porém, a velocidade da redução da pobreza pode ser avaliada e comparada sem que tenhamos de recorrer a uma linha de pobreza universal única. O que realmente importa é cada país reduzir a proporção e o número de pessoas pobres. Um avanço desse tipo seria coerente com o mandato do Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que não condena o Estado por causa da pobreza de seus cidadãos e suas cidadãs, mas exige claramente que “todos os meios apropriados” sejam aplicados, até mesmo a cooperação internacional, “no máximo dos recursos disponíveis, de modo a *assegurar progressivamente* o pleno exercício” desses direitos.⁶

4 Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social, Programa de Ação, Capítulo II “Erradicação da pobreza”, parágrafo 19. Copenhague, março de 1995.

5 Idem.

6 Nações Unidas, Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, art. 2º, parágrafo 1º.

Na verdade, o principal uso do indicador de US\$ 1 por dia é ideológico e político. Esse indicador tem levado pesquisadores e pesquisadoras do Banco Mundial a alegarem que a “globalização está funcionando”, pois parece apontar que a proporção de pessoas no mundo vivendo na pobreza está declinando num ritmo que torna alcançável a Meta 1 de Desenvolvimento do Milênio (MDM 1).

Quando examinamos os números mais detalhadamente, descobrimos que, mesmo de acordo com aquele indicador, a pobreza extrema não vem declinando e está até mesmo crescendo na África, na América Latina, no Oriente Médio, na Europa do Leste e na maior parte da Ásia, com melhorias concentradas no Vietnã, na Índia e na China. Estes dois últimos países tiveram um crescimento econômico alto na última década, porém as tendências de longo prazo da pobreza na China são difíceis de estabelecer por causa da ausência de séries estatísticas históricas confiáveis, ao passo que na Índia “há boas evidências de que as estimativas oficiais de redução da pobreza são otimistas demais, especialmente para as áreas rurais” (Kozel e Deaton, 2004).

A alegação de que a “globalização está funcionando” cai por terra quando se leva em conta as questões de equidade. De acordo com o professor James K. Galbraith, diretor do Projeto Desigualdade da Universidade do Texas,

o ‘elemento global’ da desigualdade interna dos países foi estável de 1963 até em torno de 1971, declinou durante 1979 e depois cresceu fortemente e continuamente nos 20 anos seguintes. Esse padrão é muito semelhante ao encontrado por Milanovic para a desigualdade entre os países. Acreditamos que isso revela uma forte evidência de que as forças macroeconômicas globais e, em particular, o aumento das taxas de juro, as crises da dívida, a pressão pela desregulamentação, a privatização e a liberalização a partir de 1980 contribuíram para o aumento generalizado das desigualdades econômicas nos países.⁷

“Este trabalho, conclui Galbraith, “levanta inevitavelmente sérias questões sobre o papel da governança econômica global no aumento da desigualdade e nas dificuldades presentes no processo de desenvolvimento”.

Globalização aumenta a pobreza

A Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização (2004) chegou às mesmas conclusões:

A economia de mercado global tem demonstrado uma grande capacidade produtiva. Administrada com sabedoria, pode produzir um progresso material sem precedentes, gerar empregos mais produtivos e melhores para todos e contribuir de forma significativa para reduzir a pobreza no mundo. Porém, também podemos

observar quão distantes ainda estamos de concretizar esse potencial. O atual processo de globalização está gerando resultados desequilibrados, tanto entre os países como no interior deles. A riqueza está sendo criada, mas um número demasiado grande de países e de pessoas não compartilham seus benefícios.

O motivo disso já estava claro há 250 anos para Adam Smith. Em seu livro *A riqueza das nações*, ele afirmava: “Em toda parte é sempre muito mais fácil a um rico comerciante obter o privilégio de comerciar numa cidade corporativizada do que a um pobre artífice trabalhar nela”. E Smith também escreveu: “Menos numerosos, os mestres podem se unir muito mais facilmente e, além disso, a lei autoriza ou, pelo menos, não proíbe essas uniões – enquanto proíbe as dos trabalhadores. Não temos leis do Parlamento contra uniões para rebaixar o preço do trabalho, porém possuímos muitas leis contra a união para aumentá-lo”.

Nos últimos 15 anos, durante os quais as desigualdades cresceram e os avanços sociais diminuíram de ritmo, os direitos das corporações transnacionais foram expandidos por acordos comerciais e de investimentos multilaterais, regionais e bilaterais, sem que houvesse qualquer aumento paralelo nas suas obrigações, nos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras ou dos governos dos países em que essas corporações operam. O capital pode se deslocar muito mais rapidamente do que há dois séculos, mas o mesmo não ocorre com trabalhadores e trabalhadoras, que são forçados a competir numa “corrida ao fundo do poço”,^{NT} enquanto os governos sedentos por investimentos competem oferecendo mais concessões e isenções fiscais. Regras desequilibradas criam resultados desequilibrados. Isso não deve surpreender economistas neoliberais, pois é precisamente o que Adam Smith observou e previu!

Se esse é o diagnóstico, ou se reverte a globalização ou alguma forma de governança do bem-estar global é atingida. Uma economia globalizada que *pode* garantir uma vida digna para todas as pessoas, mas *não o faz*, parece fadada a ser insegura e politicamente inviável.

O urgente e o necessário

Pode-se argumentar que perseguir uma ambiciosa agenda de governança global é um projeto de longo prazo que não responde às necessidades urgentes das pessoas desesperadamente pobres e famintas nos dias de hoje. As MDMs, embora certamente não constituam um resumo de todas as conferências da ONU na década de 1990 e definitivamente não sejam um substituto para elas, podem alegar legitimamente

que são uma expressão das necessidades mais urgentes. No entanto, concretizar as MDMs não é somente outra tarefa humanitária para ser enfrentada com um aumento da ajuda oficial para os países mais pobres.

Na verdade, se a ajuda internacional fosse duplicada amanhã, o atual sistema macroeconômico não permitiria que ela fosse gasta. O Banco Mundial e os bancos de desenvolvimento regionais já possuem mais dinheiro disponível do que os países são capazes de absorver, segundo as regras do Fundo Monetário Internacional (FMI), e já recebem mais dinheiro dos países pobres do que desembolsam para eles!

Por exemplo, no período de 2002–2003, Uganda, que enfrenta uma grave crise de Aids, quase rejeitou uma doação de US\$ 52 milhões do Fundo Global de Luta contra a Aids, Tuberculose e Malária porque procurava respeitar as estritas limitações orçamentárias que tinha acordado manter para poder ter acesso aos empréstimos do FMI.

Na recente Conferência Internacional de Aids em Bangcoc (julho de 2004), especialistas da ONU exigiram um aumento maciço de financiamento para os programas de Aids e defenderam que US\$ 20 bilhões fossem fornecidos aos países em desenvolvimento até 2007. Contudo, o relatório publicado em outubro de 2004 por quatro das maiores agências humanitárias (ActionAid, 2004) argumenta que as políticas do FMI, buscando manter a inflação em níveis muito baixos, fazem isso ao custo de bloquear gastos públicos mais altos para o combate à Aids. Um grande número de especialistas em economia acha que a inflação e os gastos públicos podem ser maiores do que os determinados sistematicamente pelo FMI. Assim, as políticas do Fundo solapam a luta global contra a Aids.

O relatório também argumenta que as políticas do FMI tornam difícil para os países manter trabalhadores e trabalhadoras da saúde, que são vitalmente importantes, em consequência dos limites impostos pelo Fundo sobre as quantias que os países podem gastar com pessoal empregado do setor de saúde pública.

As metas de inflação baixa estabelecidas pelo FMI levam diretamente a limitações sobre os orçamentos nacionais dos países pobres, o que resulta em tetos para os orçamentos nacionais de saúde. “A maior parte dos países gostaria de aumentar significativamente seus gastos no combate à Aids”, afirma Joanne Carter, diretora legislativa do Fundo Educacional Results, um grupo de *lobby* baseado nos Estados Unidos, cuja ação está concentrada no combate à tuberculose e outras “doenças da pobreza” nos países em desenvolvimento. “Porém, eles desistiram de tentar lutar contra o FMI porque sabem que têm de respeitar as exigências dos empréstimos do Fundo, para manter seu acesso à ajuda externa nos níveis atuais. Se você vai contra o FMI, arrisca ser cortado de todas as outras fontes de ajuda externa” (ActionAid, 2004).

^{NT} *Race to the bottom*, no original. Descreve a prática de certas empresas de vender seus produtos pelo menor preço possível, reduzindo ao máximo os custos de mão-de-obra.

⁷ University of Texas, Inequality Project, LBJ School, acessível em: <<http://utip.gov.utexas.edu>>.

Impostos em debate

Na defesa de suas regras, o FMI tem argumentado que a ajuda internacional não pode ser contada como uma fonte confiável de receita (como, por exemplo, os impostos) para apoiar gastos correntes por causa de sua volatilidade e seu caráter não-contratual. Isso coloca a bola de volta ao campo dos países doadores e os desafia a redefinir os fluxos para os países em desenvolvimento, de modo que sejam previsíveis, confiáveis e não-voláteis. Foi exatamente esse o foco de mais de cem países, reunidos no dia 20 de setembro de 2004, em Nova York, ao exigirem a análise de novos mecanismos para financiar a erradicação da pobreza, proposta bloqueada pelo veto de um único país.

Confrontados com essas duras restrições impostas externamente a seus orçamentos para o desenvolvimento e para as urgências sociais, os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (do Brasil) e Néstor Kirchner (da Argentina) assinaram, em 16 de março de 2004, o Ato de Copacabana, conhecido formalmente como a Declaração sobre a Cooperação para o Crescimento Econômico com Equidade, no qual denunciam uma “contradição no atual sistema financeiro internacional entre o desenvolvimento sustentável e seu financiamento”, pela ausência de “mecanismos adequados para a solução de crises”, e estabelecem um vínculo entre finanças e comércio, considerado como “crucial” para o crescimento. Para modificar o sistema, eles concordaram em “negociar com instituições de crédito multilaterais de modo que não prejudique o crescimento e garanta a sustentabilidade da dívida, permitindo os investimentos em infra-estrutura”.

Quando uma corporação privada investe em infra-estrutura, isso é contabilizado como criação de ativos e somente um pequeno percentual do investimento total afeta o balanço anual como depreciação. Porém, as contas nacionais somente registram receitas e perdas, e todo o dinheiro despendido é registrado como perda. O FMI impõe um teto aos gastos governamentais para gerar um “superávit primário” e garantir a sustentabilidade da dívida. A proposta de Kirchner e Lula, depois endossada por todos os ministros da fazenda sul-americanos, foi proceder da mesma forma que as corporações privadas: depreciar o investimento público em infra-estrutura ao longo de vários anos, e não como perda no momento do gasto.

O efeito imediato dessa proposta, que atualmente está sendo estudada pelo FMI, é naturalmente permitir maiores gastos governamentais. No entanto, as implicações de introduzir o conceito de criação de ativos nas contas nacionais têm grande alcance. Isso poderia levar ao fim da exaustão dos recursos naturais, pois corresponderia a perdas nas contas de ativos. Na proposta argentina original, a formação de “capital humano” deve também ser isenta dos tetos de gastos impostos pelo FMI. Os gastos com saúde e educação poderiam ser vistos como “investimentos”, do mesmo modo que as despesas com infra-

estrutura. Segundo um grande número de economistas, esses são investimentos que rendem melhor, e mais rapidamente, do que os grandes projetos de desenvolvimento convencionais.

Promessas e mais promessas

Essas idéias, juntamente com a exigência de uma maior participação dos países em desenvolvimento no processo decisório das instituições de Bretton Woods, já estavam presentes nas discussões em torno do Consenso de Monterrey, que resultou da Conferência sobre Financiamento do Desenvolvimento (2002). Entretanto, essas promessas ainda esperam para serem cumpridas, da mesma forma que a promessa feita em Doha de iniciar uma rodada de desenvolvimento a fim de tornar as regras do comércio mais favoráveis aos países em desenvolvimento. Nenhuma dessas promessas foi ainda concretizada. Ao contrário, esses países estão sofrendo exigências adicionais em seus setores de serviços, com implicações diretas na provisão de serviços básicos para as pessoas pobres, como um “preço” por concessões nas áreas agrícolas ou têxteis.

De fato, cada uma das avaliações anuais dessas promessas que o *Social Watch* vem realizando desde 1996 demonstrou que, em geral, os países em desenvolvimento estiveram mais perto de cumprir seus compromissos do que os países desenvolvidos. Além disso, outras avaliações independentes mostram que, entre os países desenvolvidos, os membros do G7 são aqueles que estão mais atrasados no cumprimento das promessas.

A adoção de compromissos, metas e objetivos com prazos por parte da comunidade internacional possibilitou o estabelecimento de referenciais (*benchmarks*), com os quais governos e governantes podem ser julgados objetivamente. Em última análise, é o julgamento da opinião pública que torna possíveis as mudanças. No entanto, o processo decisório que fará toda a diferença envolve uma multiplicidade de fóruns e instituições, ministros(as) e funcionários(as) diferentes, com resultados frequentemente contraditórios.

Por exemplo, em 4 de outubro de 2004, o Comitê das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança recomendou enfaticamente aos países da África Meridional a garantia de que “os acordos regionais e outros acordos de livre comércio não tivessem um impacto negativo sobre a implementação dos direitos das crianças”. O acordo comercial que está sendo atualmente negociado entre o bloco regional e os Estados Unidos poderia “afetar a possibilidade de fornecer às crianças e às outras vítimas do HIV/Aids remédios eficazes de forma gratuita ou ao menor preço possível”.

Esse tipo de resolução tem implicações globais, pois os dispositivos do texto preliminar são comuns a muitos acordos comerciais bilaterais. Discrepâncias similares entre o direito à vida e os direitos de propriedade intelectual das corporações farmacêuticas resultaram em uma declaração em Doha e numa extensão desse acordo antes da Reunião Ministerial de Cancún, que teve o efeito

de revisar a aplicação do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Trips).

Não existe um supremo tribunal mundial para decidir o que deve prevalecer quando há conflitos entre os direitos humanos e as regulamentações comerciais. Os defensores dos acordos de comércio e investimento e da OMC tentam fazer pressão para priorizá-los em relação a outros tratados e normas nos principais fóruns internacionais: a implementação da Cúpula de Johannesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável, o tratado contra o tabaco ou as atuais negociações em torno da proteção da diversidade cultural. No momento, só é possível ter coerência em nível de chefes de Estado e de governo. Isso torna a Segunda Cúpula do Milênio tão importante.

Recomendações

Referências da sociedade civil para a revisão de cinco anos da Declaração do Milênio

No período de 14 a 16 de setembro de 2005, foi avaliada a implementação da Declaração do Milênio à luz dos desdobramentos ocorridos desde sua adoção no ano 2000. Na época de sua adoção, a declaração era vista como uma agenda para erradicar a pobreza durante esta geração.

A Declaração do Milênio está baseada nos compromissos adotados pela comunidade internacional na década anterior, em uma série de conferências e cúpulas, incluindo aquelas que trataram de meio ambiente, direitos humanos, igualdade e equidade entre os gêneros, desenvolvimento social, direitos da criança, população, direitos sexuais e reprodutivos, direito à habitação e eliminação do racismo e da discriminação.

Como parte de seus compromissos em 1995, a Cúpula Social da ONU reconheceu que a erradicação da pobreza era possível, e adotou uma estratégia para alcançar esse objetivo. Tal estratégia se baseou em um conceito de desenvolvimento que não apenas se pautava na pobreza, mas considerava o pleno emprego e a inclusão social aspectos igualmente importantes. A sociedade civil desempenhou um papel ativo nas conferências na década de 1990, cobrando os compromissos adotados pelos governos para promover o desenvolvimento por meio da eliminação da pobreza, o estímulo ao pleno emprego e a redução da exclusão social. Esse compromisso desencadeou no surgimento de coalizões em todo o mundo que controlam ativamente a implementação dos compromissos assumidos pelos governos.

Desde a Cúpula do Milênio de 2000, ocorreram eventos críticos que abalaram a comunidade internacional: dos ataques de 2001 contra os Estados Unidos, e as subseqüentes intervenções militares no Afeganistão e no Iraque, ao *tsunami* asiático.

Vem prevalecendo um conceito militar de segurança que não está baseado numa noção de segurança para todas as pessoas – na segurança humana em todas suas dimensões. Ao contrário, promove a segurança para algumas, pela concentração de poder nas mãos de poucas pessoas. Além disso, ao reconhecer publicamente uma doutrina de ação militar preventiva unilateral, indo à guerra sem autorização da comunidade internacional, com base numa decisão do Conselho de Segurança da ONU, os Estados Unidos e seus aliados solaparam os próprios objetivos para os quais a organização foi criada.

Uma ordem mundial unipolar está sendo criada. Nela, o poder dominante promove um único conjunto de valores que abarcam todos os aspectos da vida: econômicos, políticos, culturais, religiosos e éticos. É inevitável que as diferenças sejam reforçadas, fortalecendo as divisões e a intolerância geradoras de conflitos.

A segurança não pode ser garantida pela força. Os conflitos não podem ser resolvidos com armas. Somente poderemos ter esperanças de um futuro estável quando confrontarmos seriamente as desigualdades que nos dividem, promovermos a justiça social e assegurarmos os direitos humanos de todas as pessoas.

Não se pode subestimar a urgência de realizar isso. A ameaça muito real da destruição da vida humana na sua forma atual, assim como da flora e da fauna, pelo aquecimento global, ainda não foi enfrentada de forma adequada. O impacto sobre as pessoas começa a ser sentido, afetando mais as comunidades marginalizadas. Embora os efeitos devastadores do *tsunami* asiático possam não ser resultado de mudança climática, eles certamente enfatizaram a vulnerabilidade das comunidades quando as forças da natureza são liberadas por mudanças no mundo natural em que vivemos.

Sem dúvida, todos compartilhamos a responsabilidade de garantir que as ameaças à vida e à sustentabilidade de nosso planeta sejam superadas, até mesmo pela adoção de estilos de vidas responsáveis. No entanto, os governos e as pessoas em posição de poder têm uma responsabilidade particular de assegurar que as práticas promovidas e permitidas por eles sejam coerentes com a sustentabilidade permanente de nosso meio ambiente.

A destruição colossal causada pelo terremoto no oceano Índico e o subseqüente *tsunami*, juntamente com suas conseqüências, não somente aumentaram a consciência da responsabilidade internacional, mas também destacaram as diferentes realidades de segurança para pessoas que vivem em contextos distintos. Isso pode ser contrastado com as conseqüências de outras crises, tais como a de Darfur (Sudão), que teve impacto igual sobre as pessoas diretamente afetadas. Da mesma forma, pode ser contrastado com as mortes silenciosas, porém contínuas, de milhões de pessoas, que poderiam ser evitadas. Ao menos, o *tsunami* aguçou a percepção pública da complexidade e da realidade, eticamente intolerável, da desigualdade entre as pessoas muito ricas e as muito pobres.

Esses eventos destacam a natureza interligada do mundo em que vivemos, onde as conseqüências de decisões, ações e acontecimentos ocorridos numa parte do mundo cada vez mais têm impacto sobre as pessoas e as comunidades no plano global. Os eventos também ilustram claramente as conseqüências das desigualdades flagrantes existentes hoje, não somente na distribuição de riqueza e renda, como no acesso às pessoas que tomam decisões e ao poder, assim como no acesso aos recursos que sustentam a própria vida. Tais desigualdades, que contribuem

diretamente para gerar a pobreza e para sua manutenção, são aspectos centrais na geração e manutenção da instabilidade.

A revisão da Declaração do Milênio e as posições assumidas pelos governos na preparação dessa revisão serão analisadas à luz desses eventos. Em setembro de 2005, e durante as preparações para a revisão nos meses precedentes, a comunidade internacional teve a oportunidade de confrontar os desafios cruciais de nosso tempo e estabelecer uma estratégia ambiciosa, necessária para assegurar o futuro do mundo para as próximas gerações. O reconhecimento de todos os direitos humanos deve ser um princípio diretor. O êxito depende do envolvimento de todas as partes interessadas.

Pessoas de todo mundo sabem o que está em jogo. Aquelas que viveram a experiência do *tsunami* asiático compreendem a fragilidade da vida. Os refugiados de Darfur entendem as conseqüências da insegurança. As comunidades dizimadas pelo HIV/Aids lutam pela sobrevivência. Os agricultores e as agricultoras que perderam seus meios de subsistência, dos quais dependiam suas famílias, sabem o que significa a miséria absoluta. Para essas pessoas, e para milhões como elas, as desigualdades do mundo têm conseqüências reais.

Foi com base nesse tipo de experiência que as organizações da sociedade civil de todo o mundo se uniram na Chamada Global para Ação contra a Pobreza em torno de reivindicações políticas básicas: mais ajuda e de melhor qualidade para as pessoas pobres, justiça nas relações comerciais, cancelamento da dívida e o estabelecimento de prioridades e políticas na luta contra a pobreza, com prestação de contas à cidadania. Essas idéias levaram à criação de um movimento de opinião de grupos comunitários de todo o mundo, ONGs, sindicatos, indivíduos, grupos religiosos, organizações de mulheres, ativistas dos direitos humanos e muitos outros. Celebidades, pessoas que atuam na política, diplomatas e cidadãos(ãs) comuns têm expressado apoio a essas reivindicações usando uma pulseira branca, um dos símbolos da campanha.

Quando o embaixador Jean Ping, presidente da Assembléia Geral da ONU, pediu às organizações da sociedade civil visões mais específicas e recomendações para a nova Cúpula do Milênio, centenas de organizações e indivíduos endossaram uma lista detalhada de 11 “referenciais”, listados a seguir, que resumem essas reivindicações.⁸

⁸ O documento completo e a lista de signatários estão disponíveis em <www.socialwatch.org>.

Referencial 1:

Da erradicação da pobreza à diminuição da desigualdade

O mundo tem os meios para erradicar a pobreza. E isso pode e deve ser realizado. A fome, a desnutrição e a condenação a uma vida na pobreza são afrontas à humanidade e uma negação dos direitos humanos básicos. Assim, temos a obrigação de erradicar a pobreza e devemos realizar todos as ações possíveis para garantir que esse objetivo seja atingido. O que está faltando é a vontade política de fazer com que isso aconteça. A comunidade internacional deve não somente reafirmar seu compromisso com a erradicação da pobreza em todo o mundo no menor prazo possível, como cada governo deve reconhecer sua obrigação individual e coletiva de implementar estratégias eficazes para sua erradicação.

A pobreza não é um dado estatístico e não pode ser definida pela renda de US\$ 1 ou US\$ 2 por dia. Não há benefícios em separar as pessoas muito pobres daquelas que estão quase nessa situação e as pobres dentre as ricas dos países em desenvolvimento das pobres dentre as ricas dos países desenvolvidos. Todas essas situações devem ser enfrentadas. A pobreza está baseada numa distribuição de renda radicalmente desigual, mas também na distribuição desigual de bens, no acesso desigual a trabalho, emprego, serviços e benefícios sociais, na distribuição desigual do poder político e do acesso à informação e à participação política. Em grande medida, isso é o resultado de desequilíbrios muito bem estabelecidos e persistentes no funcionamento da economia global. De acordo com a Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização, esses desequilíbrios são “eticamente inaceitáveis e politicamente insustentáveis”. Com maior frequência, as mulheres estão entre as pessoas que sofrem essas desigualdades.

A desigualdade e a injustiça social são fontes importantes da instabilidade e dos conflitos nacionais e internacionais. Enquanto há pessoas lutando em busca de meios de sobrevivência, outras possuem mais do que o suficiente e, com frequência, procuram acumular ainda mais. Uma resposta adequada à pobreza somente será encontrada em iniciativas amplas e redistributivas, que confrontem todos os aspectos da desigualdade, com atenção particular à sua dimensão de gênero. Uma ênfase concertada no desenvolvimento social constitui uma contribuição fundamental para a erradicação da pobreza, focalizada na provisão de saúde básica, educação fundamental, água e saneamento. Alcançar as MDMs na cronologia acordada é somente a parte mais urgente do necessário a fazer para cumprir essas exigências.

A segurança e a estabilidade só podem ser atingidas quando a justiça social for assegurada, quando o direito de todas as pessoas aos meios de vida – água, saúde, alimento, habitação etc. – for respeitado, e quando todas tiverem acesso aos meios de subsistência para si próprias, suas famílias e comunidades.

Os governos devem assumir o compromisso de erradicar a pobreza e de alcançar a justiça social.

Esse referencial exige:

- a reafirmação da convicção de que a pobreza pode ser erradicada, como foi feito há dez anos em Copenhague;
- o compromisso de erradicar a pobreza em cada um dos países até 2025, com a pobreza sendo definida em cada país com base nas diferentes realidades nacionais;
- o compromisso de que as estratégias nacionais para a erradicação da pobreza sejam definidas por cada país até 2007, elaboradas em um processo de consultas transparentes, com o engajamento ativo das pessoas pobres;
- a implementação das políticas dedicadas à redução das desigualdades, incluindo aquelas que garantam acesso universal e a custo acessível a serviços sociais públicos essenciais de qualidade, políticas fiscais redistributivas e respeito às normas trabalhistas essenciais;
- a suspensão das políticas de privatização e “liberalização” que levam à concentração dos recursos em poucas mãos, que, com frequência, são estrangeiras;
- o fortalecimento das exigências de relatórios e revisões do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, para assegurar revisões mais frequentes e completas do cumprimento por parte dos Estados de suas obrigações de direitos humanos em relação a seus cidadãos e cidadãs;
- o compromisso de informar com regularidade ao Conselho Econômico e Social da ONU (Ecosoc) sobre os avanços na implementação dessas estratégias. Os primeiros relatórios devem ser apresentados até o ano 2007.

Referencial 2:

Melhores estratégias para o desenvolvimento – o papel das instituições financeiras internacionais (IFIs)

As estratégias de desenvolvimento de um país devem estar informadas pelas experiências de seu povo. Nas últimas décadas, extensas condições macroeconômicas foram vinculadas ao fornecimento de ajuda para o desenvolvimento e de empréstimos, assim como ao cancelamento da dívida, com conseqüências desastrosas para o desenvolvimento social. As políticas de ajuste estrutural, liberalização e privatização aumentaram as desigualdades, tendo impacto mais severo sobre as comunidades e famílias que tinham menos acesso a trabalho digno e a meios de subsistência sustentáveis.

Para a maioria das pessoas vivendo na pobreza – entre as quais há um número desproporcional de mulheres e crianças –, a agricultura e a pesca são os únicos meios de subsistência viável para si próprias e suas famílias. As reformas econômicas impostas aos países em desenvolvimento têm promovido a produção para a exportação, especialmente de produtos primários, cujos preços mundiais vêm declinando de forma dramática,

além de gerarem um maior controle dos interesses corporativos sobre a agricultura e a pesca. Isso tem causado um crescente empobrecimento de grandes setores das sociedades dos países em desenvolvimento, para os quais não há alternativas.

A noção de que as medidas para aumentar o comércio levariam à erradicação da pobreza não tem funcionado, como pode ser comprovado por várias análises estatísticas que cobrem os 20 anos decorridos desde a imposição de políticas de liberalização do comércio e dos modelos de desenvolvimento econômico voltadas para a exportação. Embora os Planos Estratégicos de Redução da Pobreza (PRSP, na sigla em inglês)⁹ do FMI e do Banco Mundial tivessem sido supostamente introduzidos para enfrentar esses efeitos negativos, isso não aconteceu.

Em teoria, o objetivo desses planos estratégicos de assegurar que as estratégias de desenvolvimento de um país fossem focalizadas adequadamente na pobreza e que a alocação da ajuda para o desenvolvimento tivesse crescente “controle” do país recipiente estava de acordo com espírito da MDM 8 e sua “parceria global para o desenvolvimento”. No entanto, a experiência mostra que isso continua longe da realidade e que numerosas condições macroeconômicas são ainda vinculadas à ajuda.

Os empréstimos do Banco Mundial apóiam programas específicos de reformas, que incluem ações (condicionalidades) consideradas críticas para o êxito do programa pelo Banco e pelo FMI. As negociações de empréstimos são ainda conduzidas a portas fechadas nos ministérios da fazenda e nos bancos centrais. As políticas macroeconômicas fracassadas no passado continuam a ser promovidas. Não é surpreendente que o “controle” das estratégias de desenvolvimento nacional não tenha correspondido às suas promessas.

A retirada do Estado e a privatização da provisão de serviços, como atendimento à saúde, água e educação, nega acesso cada vez mais às pessoas que não podem pagar por algo que constitui um direito humano básico. A globalização e a liberalização do comércio, a corporativização da agricultura e outras formas de produção não devem ser os marcos de referência da agricultura. Ao contrário, os princípios diretores devem ser: os meios de subsistência locais e sustentáveis, a segurança alimentar, a regeneração ambiental e as preocupações sociais.

Os governos devem promover estratégias de desenvolvimento baseadas nas necessidades e experiências das pessoas.

Esse referencial requer:

- o fortalecimento da formulação nacional de políticas públicas, baseadas nas necessidades e prioridades definidas no plano nacional e identificadas por meio de processos participativos.

⁹ Planos Estratégicos de Redução da Pobreza são documentos de políticas exigidos pelo Banco Mundial e o FMI dos países pobres altamente endividados, como precondição para obter qualquer alívio em suas dívidas externas.

Isso deve ser definido num marco de referência baseado nos direitos e permitir que os interesses autodefinidos dos(as) vendedores(as) de rua, trabalhadores(as) industriais, pescadores(as) e trabalhadores(as) do campo sejam claramente refletidos nas estratégias nacionais de desenvolvimento;

- a transparência no processo de estabelecer uma estratégia nacional de desenvolvimento que apóie a participação efetiva das partes nacionais interessadas na formulação de políticas públicas nacionais;
- o estabelecimento de PRSPs que digam respeito à apropriação real (ownership), por meio de um processo decisório definido nacionalmente, com participação efetiva da sociedade civil e transparência (accountability) perante os parlamentos nacionais;
- reformas agrária e aquária realizadas para garantir que agricultores e agricultoras, pescadores(as) e outras comunidades rurais tenham acesso, controlem e administrem os recursos produtivos. É preciso focalizar especialmente nas mulheres, assegurando a manutenção de seu controle e acesso a recursos, tais como sementes.

Referencial 3: Alcançar a igualdade e a equidade entre os gêneros

A redução da pobreza e o empoderamento das mulheres estão vinculados de muitas maneiras. As mulheres constituem a maioria das pessoas pobres do mundo e muitas vezes suportam a carga social e econômica de cuidar dos indivíduos mais vulneráveis da comunidade, como crianças, pessoas idosas e doentes. As mulheres e as meninas que vivem na pobreza também correm mais riscos de se tornarem vítimas da violência de gênero, têm mais probabilidade de serem infectadas pelo HIV/Aids, de morrerem ao nascer ou serem vendidas como escravas.

As reformas econômicas que desmantelam as obrigações sociais do Estado e privatizam bens públicos têm um impacto desproporcional sobre as mulheres e aprofundam a desigualdade entre os gêneros, uma vez que as mulheres são pressionadas a preencher as lacunas deixadas pelo Estado. Ao mesmo tempo, as mulheres constituem agentes ativos vitais de qualquer estratégia para erradicar a pobreza. Bloquear o acesso pleno e livre das mulheres ao setor econômico e ao mercado de trabalho não é somente uma negação de seus direitos humanos básicos, mas também prejudica o desenvolvimento econômico de um país. A pobreza não pode ser enfrentada com êxito sem assegurar a igualdade de acesso aos meios de subsistência e a equidade de oportunidades entre homens e mulheres. Embora a igualdade e a equidade entre os gêneros sejam objetivos fundamentais em si mesmos, também são requisitos essenciais para a erradicação da pobreza.

Os objetivos das MDMs relacionados ao empoderamento das mulheres (MDMs 3 e 5) devem

ser alcançados, mas não são suficientes. Para atingir a meta de equidade entre os gêneros, deve-se entender esse conceito de modo abrangente, não podendo ser somente limitado às questões incluídas nas MDMs. Outros aspectos cruciais, como conflitos, violência, direitos sexuais e reprodutivos, assim como os direitos em geral, também devem ser clara e explicitamente enfrentados. É imperativo que as relações entre equidade de gênero, erradicação da pobreza e promoção da justiça social sejam amplamente incorporadas às estratégias futuras.

Os governos devem reconhecer plenamente a centralidade da igualdade e da equidade entre os gêneros para o êxito de qualquer estratégia de desenvolvimento.

Esse referencial requer:

- ênfase crescente em atingir a igualdade entre os gêneros na implementação nacional, regional e internacional da estratégia de desenvolvimento, por meio do estabelecimento de objetivos significativos e de indicadores para medir seus avanços;
- identificação de medidas explícitas para alcançar a igualdade entre os gêneros, no contexto da MDM 8, especialmente para assegurar que seja promovida nos PRSPs e na nova arquitetura da ajuda;
- um acordo entre doadores e seus parceiros para alocar 10% dos recursos à promoção da igualdade entre os gêneros e apoiar atividades específicas que promovam o empoderamento das mulheres;
- cada governo deve implementar seus compromissos de promover a igualdade entre os gêneros assumidos na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – Cedaw (1978) e na Declaração e Plataforma de Ação de Pequim (1995), assim como de adotar um protocolo facultativo à Cedaw.

Referencial 4: Tomar medidas urgentes diante da mudança climática

O complexo equilíbrio ecológico de nosso planeta, que é a base da própria vida, enfrenta ameaças sem precedentes, em grande parte como consequência das estratégias de desenvolvimento perseguidas pela humanidade. Nossa própria sobrevivência pode depender de ações radicais e imediatas para combater as pressões insustentáveis que criamos. Já podemos verificar crescentes ameaças às comunidades em todo o mundo. As pessoas mais afetadas pelas consequências imediatas da degradação ecológica e das mudanças ambientais são as mais vulneráveis – especialmente as comunidades marginalizadas e as que vivem na pobreza.

Muitos aspectos do equilíbrio ecológico do mundo precisam ser enfrentados, mas o aquecimento e a mudança climática globais representam uma ameaça significativa. As temperaturas mais altas já aceleraram o ritmo do degelo das geleiras árticas, e estudos científicos recentes apontam que estarão reduzidas em 50% no fim deste século.

Previsões estimam que, até o ano 2050, mais de 1 milhão de formas de vida terá sido perdido.

Quando medidas são implementadas, isso ocorre de forma lenta e insuficiente, especialmente se considerarmos as possíveis consequências calamitosas. A relutância de algumas nações, particularmente daquelas desproporcionalmente mais responsáveis pelas emissões que causam o aquecimento global, em assinarem o Protocolo de Quioto não deve impedir a execução de ações urgentes. Com a entrada em vigor do protocolo em fevereiro de 2005, a implementação da redução das emissões e o financiamento dos compromissos deveriam continuar em caráter de urgência. Além disso, considerando os indicadores recentes sobre o ritmo e a profundidade do aquecimento global, deveriam ser estabelecidas rapidamente novas e mais estritas taxas de redução dos gases que causam o efeito estufa.

Os padrões de desenvolvimento aplicados pela humanidade nos últimos três séculos, especialmente nas décadas mais recentes, são a principal causa das emissões dos gases estufa responsáveis pela mudança climática. As nações ricas, pelo estilo de vida de suas populações, têm gerado a maior parte dessas emissões. A ameaça que a mudança climática representa para toda a humanidade exige uma resposta conjunta, com a adoção de medidas radicais imediatas para reduzir essas emissões e enfrentar suas consequências. A responsabilidade primária de tais ações recai sobre grupos que mais se beneficiaram de suas causas.

Como parte da necessidade urgente de ações radicais, as futuras estratégias de geração de energia devem priorizar fontes seguras, renováveis e não-poluentes. Levando em conta a natureza dessa ameaça, que representa perigo para a vida, os interesses da comunidade global não podem ficar reféns daqueles poucos países que não se unem ao esforço comum.

Os governos devem tomar medidas urgentes e ousadas para enfrentar a mudança climática e a degradação ambiental do nosso planeta.

Esse referencial exige:

- o reconhecimento explícito da ameaça grave e imediata representada pela mudança climática;
- a implementação imediata das medidas de redução das emissões incluídas no Protocolo de Quioto;
- o início urgente das negociações para imediata revisão dos compromissos existentes e para um acordo sobre as ações de longo prazo, dentro de um marco de referência global equitativo, que evitará os impactos mais perigosos da mudança climática;
- a provisão de recursos financeiros adicionais, por meio de aumento substancial do nível de financiamento do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês), introdução de taxas de usuário relacionadas às emissões no espaço aéreo internacional e nos oceanos, introdução de um imposto sobre o combustível de aviação com o objetivo de compensar os danos climáticos causados

pelo tráfego aéreo e, ao mesmo tempo, acabar com o subsídio indireto dado à indústria de aviação, pela isenção de impostos sobre o combustível de aviação;

- medidas para preparar as comunidades mais vulneráveis diante dos impactos inevitáveis, assim como medidas para proteger a flora e a fauna do mundo;
- o compromisso com o princípio de responsabilidade comum, porém diferenciada, como foi acertado na Declaração do Rio, segundo a qual as pessoas e os países pagam os custos de enfrentar a mudança climática em proporção à sua contribuição para os efeitos causadores;
- o compromisso com o uso crescente de formas renováveis de geração de energia.

Referencial 5: Impedir a militarização e a proliferação de armas

O “dividendo da paz”, que despertou muitas esperanças no fim da Guerra Fria, nunca se concretizou. Surgiram novas formas de militarização, à medida que os governos, os movimentos de oposição e outros grupos buscavam impor sua vontade por meio da força das armas. Qualquer que fosse a justificativa, as intervenções militares, em quase todas as circunstâncias, não resultaram em estabilidade. Ao contrário, o resultado tem sido menos estabilidade, como ocorreu no Iraque. Além disso, o fornecimento de ajuda humanitária, que deve estar disponível de forma não-discriminatória a pessoas diretamente afetadas por desastres e conflitos, tem sido cada vez mais associado a objetivos militares, por causa do uso de pessoal militar na distribuição da ajuda.

O comércio global de armas tem um enorme impacto humano, agravando e sustentando conflitos, promovendo a insegurança e solapando o desenvolvimento em algumas das regiões mais pobres do mundo. A cada minuto, pelo menos uma pessoa morre em alguma parte do mundo em virtude da violência armada. Em vários países, recursos naturais preciosos, como diamantes e cobre, estão sendo explorados em troca de armas utilizadas para cometer atrocidades terríveis. As mulheres e as crianças são especialmente vulneráveis: jovens e adultas são estupradas sob a ameaça de armas, enquanto crianças são usadas como soldados – estima-se que 300 mil lutem em conflitos em todo o mundo. A proliferação do comércio de armas é um exemplo cruel da incoerência das políticas dos doadores internacionais.

Os Estados que mais lucram com esse comércio são os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, que juntos controlam cerca de 80% das exportações registradas de armas convencionais. Entre 1998 e 2001, os Estados Unidos, o Reino Unido e a França ganharam mais com o comércio de armas do que contribuíram para a ajuda internacional. Além disso, o relaxamento dos controles de vendas de armas, depois do 11 de Setembro, está levando a uma nova proliferação de armamentos. As armas continuam a ser

canalizadas para países com um histórico de péssimo respeito aos direitos humanos e para países em desenvolvimento que gastam mais com defesa do que com os serviços sociais básicos, desviando recursos de áreas como saúde e educação.

A comunidade internacional precisa demonstrar coerência com seus próprios compromissos de promover a paz e a estabilidade no mundo.

Os governos devem assumir o compromisso de reduzir drasticamente os gastos militares e implementar controles estritos e legalmente vinculatórios sobre a venda de armas.

Esse referencial requer:

- o compromisso vinculatório de pelo menos reduzir à metade os gastos militares de cada país até o ano 2015 e utilizar o resultante “dividendo da paz” para finalidades sociais e ambientais;
- o compromisso vinculatório de promover o desarmamento geral e de banir todas as armas nucleares e de destruição em massa;
- a adoção de um tratado sobre o comércio global de armas, que possa fornecer algumas salvaguardas para o que atualmente é um mercado desregulamentado. Esse tratado asseguraria que todos os governos controlassem as armas de acordo com as mesmas normas internacionais;
- o compromisso de remover milhões de armas ilegais e excedentes que já estão em circulação;
- o compromisso de respeitar a neutralidade e a imparcialidade da ajuda humanitária, tanto em relação à sua distribuição como em relação às organizações humanitárias encarregadas dessa tarefa.

Referencial 6:

O financiamento do desenvolvimento

É responsabilidade de todos os governos e das pessoas de toda parte do mundo gerar os recursos financeiros necessários para alcançar o desenvolvimento sustentável, no qual as necessidades básicas sejam atendidas e todas as pessoas tenham a oportunidade de viver plenamente. As maiores responsabilidades cabem às nações, corporações e indivíduos mais ricos. Como foi claramente identificado no relatório do Projeto Milênio, os atuais níveis de financiamento para o desenvolvimento são insuficientes até mesmo para atingir os objetivos mínimos estabelecidos nas MDMs. Além disso, muitas formas de financiamentos, supostamente fornecidos para o desenvolvimento, na realidade contradizem as metas que promoveriam. Embora reconhecendo a importância crucial do comércio e do investimento na geração dos recursos necessários para garantir formas sustentáveis de desenvolvimento, isso continuará sendo insuficiente para os países em desenvolvimento, especialmente para aqueles de baixa renda.

Geração do financiamento internacional para o desenvolvimento

Para que a comunidade internacional cumpra seus compromissos e obrigações de erradicar a pobreza,

é necessário que haja um aumento substancial da disponibilidade de financiamento para o desenvolvimento. Isso somente pode ser atingido assegurando aumentos reais nas transferências de financiamento dos países ricos para os mais pobres, especialmente nos seguintes aspectos:

• Aumento da ajuda

Para muitos países de baixa renda, a ajuda é a fonte mais importante de financiamento visando o desenvolvimento e também a única fonte real de investimento para a infra-estrutura social básica, vital quando se quer garantir o bem-estar de suas populações e enfrentar a pobreza. A ajuda somente será eficaz quando for sustentável e previsível, contribuindo para as estratégias de desenvolvimento definidas pela própria nação. Ela precisa ser livre de vinculações impostas pelos doadores, que não somente distorcem seu valor, como prejudicam o compromisso da nação com as políticas de desenvolvimento.

Os governos devem garantir que os níveis de ajuda sejam aumentados substancialmente, de modo que as estratégias de desenvolvimento possam ser implementadas.

Em especial, isso exige:

- o compromisso com a duplicação imediata da Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD) até 2006 para financiar as MDMs;
- o compromisso de cada governo doador de prover pelo menos 0,7% do seu Produto Nacional Bruto (PNB) no máximo até 2015;
- cada governo doador que ainda não alcançou a meta da ONU deveria ter apresentado planos na cúpula de setembro sobre como atingiria essa meta.

• Cancelamento da dívida

Embora haja um reconhecimento claro de que, para muitos países em desenvolvimento, as obrigações do serviço da dívida solapam o desenvolvimento, poucas ações foram realizadas para assegurar que os níveis da dívida fossem sustentáveis.

Os governos devem adotar medidas que, de uma vez por todas, eliminem os níveis insustentáveis da dívida para todos os países em desenvolvimento, de renda baixa e média. A sustentabilidade da dívida precisa ser medida, entre outros fatores, em relação à necessidade de os países endividados cumprirem as MDMs.

Isso exige, em especial:

- cancelar completamente as dívidas nos casos em que deixar de fazê-lo solaparia a capacidade do país de atingir as MDMs;
- promover um cancelamento substancial de dívidas de países de baixa e média renda, além da Iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividados (HIPC, na sigla em inglês);
- estabelecer imediatamente um procedimento de arbitragem justa e transparente para enfrentar as questões de dívidas insustentáveis, dando o direito de expressão a todas as partes interessadas, protegendo as necessidades

básicas dos devedores e instituindo uma suspensão automática do serviço da dívida. Esse procedimento deve estar baseado num organismo decisório neutro, independente das instituições financeiras internacionais (IFIs), da OMC e de instituições similares;

- assegurar que o financiamento para o cancelamento da dívida seja adicional à meta do doador de atingir seu compromisso de fornecer 0,7% do PNB na AOD;
- realizar o cancelamento da dívida sem condições impostas à política econômica, tais como privatização e liberalização.

• Instituição de impostos internacionais

Cada vez mais, tem sido reconhecida a necessidade de novas formas de financiamento internacional para o desenvolvimento. Agora é necessário que sejam assumidos compromissos para transformar isso em realidade. Muitas das propostas feitas são justificadas e viáveis. Em muitos casos, a implementação dos impostos propostos não somente forneceria recursos adicionais para o desenvolvimento, como cumpriria um papel construtivo na regulamentação de ações que causam instabilidade nos sistemas econômicos globais ou têm impacto negativo sobre o meio ambiente. Esses impostos internacionais precisam tratar do uso dos bens comuns globais, de transações financeiras e operações cambiais de curto prazo, e do comércio de itens com impacto internacional negativo (como no equilíbrio ecológico mundial, na promoção de conflitos etc.).

Os governos devem estabelecer mecanismos de taxação internacional que não somente forneçam recursos financeiros adicionais para o desenvolvimento, como controlem processos insustentáveis e danosos.

Isso exige, em especial:

- o compromisso de estabelecer impostos internacionais com base em uma ou várias das propostas atuais, especialmente do imposto sobre transações cambiais e o imposto internacional sobre combustível de aviação;
- o compromisso de desenvolver sistemas para compartilhar informações sobre transferências financeiras ao exterior e melhorar a coordenação global dos impostos, para aumentar as receitas fiscais e controlar a corrupção;
- o compromisso de adotar medidas que levarão à abolição imediata de todos os parâmetros fiscais.

Geração de financiamento nacional para o desenvolvimento

Todos os governos têm a obrigação de gerar recursos financeiros internos que possam ajudar a financiar suas estratégias de desenvolvimento. Eles também estão obrigados a usar os recursos financeiros da forma mais eficiente possível, além de prestar contas de seu uso à população de maneira transparente e acessível. A mobilização do financiamento doméstico é um meio importante de confrontar as desigualdades nacionais,

especialmente por meio de impostos progressivos e da taxação das corporações.

É necessário que os governos estabeleçam sistemas fiscais equitativos em cada país.

Em especial, devem:

- apoiar o fortalecimento de sistemas fiscais progressivos no plano nacional;
- assumir o compromisso da transparência nos orçamentos e nas contas nacionais, incluindo a integração do orçamento de gênero, para melhorar a prestação de contas dos governos aos cidadãos e às cidadãs locais em relação ao uso dos recursos;
- definir uma convenção internacional para facilitar a recuperação e repatriação de fundos apropriados ilegalmente dos tesouros nacionais dos países em desenvolvimento;
- estabelecer um acordo multilateral sobre o compartilhamento eficaz de informações fiscais entre os países, para controlar a evasão fiscal.

Referencial 7: Justiça nas relações comerciais

Repete-se enfaticamente que o comércio tem muito mais potencial de financiar o desenvolvimento do que a ajuda oficial. Isso só ocorre quando as regras do comércio internacional têm dispositivos eficazes para proteger os direitos e as necessidades dos países em desenvolvimento e de seus produtores. Atualmente, o comércio é um veículo para a liberalização indiscriminada das economias dos países em desenvolvimento e a imposição de condições prejudiciais, em vez de apoiar o desenvolvimento sustentável, a erradicação da pobreza e a equidade entre os gêneros.

As políticas comerciais precisam ser reorientadas para promover o comércio justo e o desenvolvimento sustentável. As regras e políticas comerciais devem assegurar o direito dos países em desenvolvimento de perseguir suas próprias agendas de desenvolvimento, colocando em primeiro lugar os interesses de seus povos. Isso inclui medidas para proteger os serviços públicos da liberalização e da privatização forçadas, garantindo o direito à alimentação e o acesso a medicamentos essenciais e reforçando a transparência empresarial. Os conhecimentos de pessoas que trabalham na agricultura e as tecnologias indígenas devem ser devidamente reconhecidos, e a pesquisa precisa ser reorientada para incluí-los.

Para muitos países em desenvolvimento, a exportação de um ou mais produtos primários continua a ser a fonte da maior parte de suas receitas de exportação. O declínio dos preços das *commodities* tem corroído até 50% de suas receitas, agravando a dependência da ajuda e aumentando a insustentabilidade de suas dívidas.

Os governos devem assegurar que o sistema de comércio global seja justo.

Esse referencial exige:

- o fim das condições impostas pelas instituições financeiras internacionais e outros doadores sobre a ajuda e o cancelamento da

dívida, que determinam as políticas comerciais dos países em desenvolvimento;

- tratamento especial, efetivo e transparente para os países em desenvolvimento no sistema de comércio global;
- abolição de toda forma de subsídio dos países ricos que distorcem o comércio;
- mais responsabilidade e transparência dos governos e das organizações internacionais em relação às bases populares na formulação das regras do comércio internacional e das políticas nacionais de comércio, assegurando a coerência das políticas comerciais com o respeito aos direitos de trabalhadores e trabalhadoras e, mais amplamente, aos direitos humanos;
- mecanismos internacionais eficazes e transparentes para apoiar os preços das *commodities* e compensar os países em desenvolvimento pelas flutuações de preço.

Referencial 8: Combate ao HIV/Aids e a outras pandemias

Morte e incapacitação resultantes de doenças são catástrofes humanas permanentes e, muitas vezes, evitáveis. Essas catástrofes são comparativamente muito maiores do que quase todas as outras. Constituem também uma limitação séria para o desenvolvimento, atingindo as comunidades pobres e marginais de forma desproporcional, especialmente aquelas que têm acesso inadequado ao atendimento à saúde. O HIV/Aids é uma ameaça especial. A MDM relacionada ao HIV/Aids é escandalosamente modesta e inadequada no seu reconhecimento do potencial de prolongamento da vida pelo acesso ao tratamento.

Na Assembléia Geral das Nações Unidas de 2001 sobre o HIV/Aids, os Estados membros expressaram sua preocupação de que a epidemia constituía uma emergência global. Desde essa época, a situação tem se deteriorado. Na Conferência Internacional sobre Aids de 2004, líderes mundiais presentes ao evento confirmaram que mais de 38 milhões de pessoas viviam com Aids no mundo e que a epidemia se espalhava em todas as regiões.

O HIV/Aids afeta os países mais pobres de forma desproporcional. A região mais atingida é a África Subsaariana, onde quase 40% de todas as mortes são causadas pela Aids. O enorme impacto do HIV/Aids no capital humano desses países é uma grave ameaça ao desenvolvimento. Pelo seu efeito sobre as pessoas diretamente atingidas, assim como sobre seus filhos e filhas, parentes e comunidades, a Aids solapa a capacidade produtiva presente e futura. Outras doenças pandêmicas tratáveis, como a malária e a tuberculose, agravam a ameaça à vida e aos meios de subsistência de milhões de pessoas nos países em desenvolvimento.

O tratamento das pessoas infectadas é possível e está disponível. Porém, das milhões de pessoas que necessitam de tratamento, somente

algumas centenas de milhares têm acesso a ele. Isso não ocorre apenas em consequência de atitudes sociais e culturais, pelo estigma associado à doença e pela relutância dos governos em assumir uma liderança enérgica, mas também pela deferência aos privilégios e proteções dados às empresas farmacêuticas. Somente a ampla e permanente campanha da sociedade civil e os projetos inovadores levaram alguns governos, como o do Brasil, a prover acesso gratuito às pessoas afetadas e a um reconhecimento do direito à saúde por parte da OMC. A vasta maioria de homens e mulheres que precisam de tratamento ainda espera pelo reforço dos serviços e dos fundos que evitaria milhares de mortes a cada semana.

Na Conferência Internacional de Bangcoc (2004), líderes mundiais admitiram que não faziam o suficiente para prevenir o avanço do HIV/Aids ou para diminuir seus efeitos. Assim, é necessário renovar o compromisso, apoiado na vontade política, de combater essa epidemia que representa um sério obstáculo ao desenvolvimento global e reduzir seu impacto. Todas as intervenções devem levar em conta a questão de gênero, pois as estatísticas mostram que 60% das pessoas adultas afetadas pelo HIV/Aids na África são mulheres. Isso faz com que o seu empoderamento seja uma questão vital na luta contra o HIV/Aids.

Deve ser dada ênfase especial ainda às políticas e intervenções que tratam das crianças afetadas pelo HIV/Aids, incluindo aquelas que ficaram órfãs por causa da doença. Foi iniciada na África e se espalha ao redor do mundo uma campanha denominada *Free by 5* (Gratuito até 2005)¹⁰, para garantir a todas as pessoas o acesso equitativo ao tratamento, sem taxa de usuário(a).

Os governos devem reconhecer a luta crítica contra as pandemias que devastam inumeráveis comunidades e assegurar prioridade adequada a seu enfrentamento.

Este referencial requer:

- o aumento radical do apoio financeiro à iniciativa “3 by 5”¹¹ da Organização Mundial da Saúde (OMS), seguida por uma iniciativa “6 by 7” (US\$ 6 milhões até 2007) para estender o tratamento. Além disso, deve ser assegurado um financiamento sustentado e previsível para o Fundo Global de Luta contra a Aids, Tuberculose e Malária;
- o lançamento de um serviço de emergência global e o fornecimento do tratamento anti-retroviral gratuito e administrado publicamente (incluindo a vacinação, caso uma vacina eficaz seja desenvolvida);

- a renovação do compromisso com a bem consolidada perspectiva de “saúde para todas as pessoas”, juntamente com aumentos substanciais dos fundos para reconstruir e expandir os sistemas de saúde de todos os países em desenvolvimento;
- moratória sobre qualquer nova extensão dos termos de proteção de patentes para medicamentos e sobre novas cláusulas do Trips nos acordos comerciais bilaterais e regionais. Nenhum *Trips Plus*;
- a criação de um mecanismo de respaldo público à iniciativa de âmbito mundial *Free by 5*, que garanta acesso ao tratamento gratuito e sem discriminações.

Referencial 9: Promoção da responsabilidade social da empresa

As corporações transnacionais são as principais protagonistas e beneficiárias da globalização, porém não são responsabilizadas globalmente. Elas estão permanentemente envolvidas na violação de normas sociais, ambientais e de direitos humanos. As corporações e os governos têm respondido aos impactos negativos da atividade empresarial, amplamente reconhecidos, por meio de centenas de códigos de conduta por empresa e setor, assim como por iniciativas de “parceria” voluntária. O Compacto Global, iniciado pelo secretário geral da ONU, é o melhor exemplo de estratégia política que visa predominantemente à autorregulação voluntária da indústria.

Com a ajuda dos exemplos das *melhores práticas*, espera-se que as empresas envolvidas demonstrem seu senso de responsabilidade em relação à sociedade. No entanto, a influência da indústria e os impactos das atividades corporativas transnacionais vão além desses campos políticos *soft*. Por trás da cortina das iniciativas de parceria e dos processos de diálogo, muitas corporações e associações empresariais continuam a perseguir implacavelmente seus próprios interesses específicos nas áreas *hard* da política. Suas atividades afetam seriamente a segurança humana das pessoas em todo o mundo. Assim, existe a necessidade de instrumentos internacionais legalmente vinculatórios, garantindo que as atividades das transnacionais sejam coerentes com as convenções e normas acordadas internacionalmente.

Na Cúpula de Johannesburgo, em 2002, os governos assumiram um claro compromisso de “promover ativamente a responsabilidade empresarial e a prestação de contas, baseadas nos Princípios do Rio, incluindo o desenvolvimento pleno e a efetiva implementação de acordos e medidas intergovernamentais [...]”.¹² Em 2003, a Subcomissão da ONU sobre Promoção e Proteção dos Direitos Humanos aprovou as “Normas sobre as

Responsabilidades de Empresas Transnacionais e outros Empreendimentos com Relação aos Direitos Humanos”.¹³ Essas normas representam um marco e são uma reafirmação sucinta, porém abrangente, dos princípios legais internacionais aplicáveis às empresas com relação aos direitos humanos, à lei humanitária, à legislação trabalhista internacional, à legislação ambiental, à legislação do consumidor e às leis anticorrupção.

Os governos devem assumir o compromisso de fazer com que as empresas transnacionais e outros empreendimentos comerciais sejam responsáveis perante a comunidade global e as gerações futuras.

Esse referencial exige:

- o compromisso de apoiar as “Normas sobre as Responsabilidades de Empresas Transnacionais e outros Empreendimentos com Relação aos Direitos Humanos” e de tomar medidas concretas para sua plena implementação;
- um instrumento internacional vinculatório para aumentar a transparência dos fluxos financeiros entre as transnacionais, especialmente na indústria extrativa, e os governos, como foi proposto pela campanha internacional “Publique o que você paga” (Publish what you pay).

Referencial 10: Democratização da governança internacional

Um sistema de governança aberto, transparente e acessível é vitalmente necessário para assegurar o desenvolvimento global equitativo. Nesse sistema, os direitos humanos devem ser observados, e o estado de direito, respeitado. A garantia disso é primariamente uma responsabilidade das autoridades nacionais, num marco legal estabelecido no plano nacional. Esse marco deve ser coerente com os acordos e obrigações internacionais, especialmente com aqueles que definem os direitos humanos aceitos internacionalmente. No entanto, a aplicação de leis nacionais não é sempre suficiente para a consecução da justiça e há uma necessidade crescente de fortalecer um marco legal internacional, de modo que governos, corporações e indivíduos possam ser responsabilizados por atos que violem os direitos humanos e outros acordos internacionais.

A legitimidade de nosso sistema de governança internacional está em jogo. O poder global traz para governos, corporações e até mesmo indivíduos a responsabilidade e a necessidade de prestar contas à comunidade internacional como um todo. Entretanto, o domínio efetivo de nossas instituições multilaterais por uma minoria de governos, que utilizam sua posição para promover seus interesses específicos acima de todos os demais, não é mais aceitável, especialmente quando aqueles mesmos governos deixaram de aderir à vontade da maioria internacional.

10 A Declaração “Free by 5” é uma referência ao projeto “3 by 5” – Tratar 3 milhões até 2005 – para enfatizar a necessidade de tratamento gratuito a todas as pessoas afetadas pelo HIV/Aids.

11 “Tratar 3 milhões até 2005” (3 by 5) é a iniciativa global da OMS e do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (Unaid), adotada em 2003, para fornecer, até o fim de 2005, terapia anti-retroviral a 3 milhões de pessoas com HIV/Aids nos países em desenvolvimento.

12 Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, Plano de Implementação, parágrafo 49. Johannesburgo, setembro de 2002.

13 Subcomissão da ONU sobre Promoção e Proteção dos Direitos Humanos, resolução 2003/16.

Há muito tempo é necessária uma reforma de nosso sistema internacional de governança. Ele precisa ser reconstruído para incorporar os princípios de justiça e democracia. As Nações Unidas ainda são a instituição mais legítima e representativa para garantir um sistema eficaz de governança internacional, contudo a administração dos enfoques globais das políticas econômicas, monetárias e comerciais está efetivamente fora do âmbito da ONU, e sim nas instituições financeiras internacionais e na OMC. Essa ausência de conexão com a ONU tem levado a desequilíbrios estruturais no sistema de governança global que favorecem os paradigmas econômicos em detrimento do desenvolvimento humano, solapando as prioridades políticas definidas no marco da ONU.

Isso precisa ser modificado, de modo que a ONU retome sua centralidade política global, com base em novos mecanismos que assegurem um processo decisório eficaz, democrático, transparente e responsável. O Banco Mundial, o FMI e a OMC devem ser trazidos inteiramente para dentro do sistema da ONU, com a redefinição de seus papéis. Suas estruturas de direção também precisam ser reformadas, para refletir as mudanças na economia global.

Os governos devem assumir o compromisso de realizar uma reforma radical no sistema multilateral de governança e de fortalecer e democratizar as Nações Unidas.

Esse referencial requer:

- o restabelecimento de um Conselho Econômico e Social da ONU reformado, no qual a participação como membro seja baseada nos princípios de representação, prestação de contas e responsabilidade comum. O novo Conselho Econômico e Social deve ser a autoridade legal global de última instância no que diz respeito a assuntos econômicos e sociais e suas decisões devem ser legalmente aplicáveis;
- a transformação da participação como membro no Conselho de Segurança, de modo que sejam aplicados os mesmos princípios de representação, prestação de contas e responsabilidade comum;
- a reforma do Banco Mundial, do FMI e de outras instituições financeiras internacionais, juntamente com a OMC, para que adiram a esses princípios, porém prestando contas em última instância ao Conselho Econômico e Social reformado. Seus papéis devem ser redefinidos, de modo que o Banco Mundial seja um banco de desenvolvimento dentro do sistema da ONU, o mandato do FMI seja focalizado na salvaguarda da estabilidade financeira global e a OMC fique restrita à regulamentação do comércio internacional;
- o estabelecimento de revisões parlamentares públicas e regulares das políticas e ações das instituições econômicas multilaterais e do papel e enfoque assumidos pelos governos nacionais, com participação da sociedade civil;

- o fortalecimento das instituições jurídicas – a Corte Internacional de Justiça e a Corte Criminal Internacional – responsáveis pela implementação do estado de direito internacional.

Referencial 11:

Envolvimento da sociedade civil

A participação das partes interessadas é central nas estratégias de desenvolvimento bem-sucedidas. O conceito de apropriação (*ownership*) pelas partes interessadas, promovido vigorosamente na Declaração do Milênio, nos PRSPs e nas estratégias de ajuda ao desenvolvimento, requer um envolvimento dos atores em todos os níveis. Os processos de participação nacionais devem formar a base do engajamento da sociedade civil na identificação, formulação e implementação das estratégias que tratam das necessidades específicas dos países e do contexto nacional. Os governos precisam facilitar o engajamento da sociedade civil, para que seja aberto, transparente e inclusivo. Transformar os governos locais em instituições democráticas eficazes é vital para que as comunidades possam proteger seus interesses materiais e políticos. Recursos básicos, como a água, podem ser protegidos e utilizados de maneira sustentável. Da mesma forma, a participação da sociedade civil precisa ser facilitada nos planos regional e global.

O processo de revisão da Declaração do Milênio deve refletir o papel crucial da interação dos governos com a sociedade civil e dar amplo espaço para que as organizações da sociedade civil envolvam-se de forma significativa no processo de revisão. Em última análise, para que a Declaração do Milênio e as MDMs tenham significado político real, o controle e o apoio da sociedade civil devem ser fatores vitais na sua promoção. Embora a sociedade civil esteja pronta para esse envolvimento, os governos que negociam a revisão da Declaração do Milênio devem ouvi-la e incorporar as preocupações dos cidadãos e das cidadãs. A ONU precisa garantir espaço para que essa interação seja produtiva, num verdadeiro espírito de metas comuns, promovidas de forma aberta, transparente e responsável.

Os governos devem assegurar que o engajamento da sociedade civil no processo decisório – nacional, regional e internacional – seja facilitado de forma efetiva.

Esse referencial exige:

- o compromisso de assegurar que os processos nacionais de engajamento sejam transparentes, abertos, acessíveis e coerentes;
- o estabelecimento e o fortalecimento de mecanismos de participação para as organizações regionais;
- a implantação de mecanismos no plano das Nações Unidas e outras organizações internacionais que dêem transparência aos processos de debate e decisões, acesso às agendas, aos documentos e relatórios, assim como às próprias reuniões, mesmo às da Assembléia Geral;

- provisão de instalações de trabalho na própria ONU;
- a implementação da proposta de um fundo fiduciário ampliado para apoiar a participação da sociedade civil nos processos da ONU, tanto em nível regional como na própria sede da ONU;
- um envolvimento significativo e efetivo com as organizações da sociedade civil na preparação da Cúpula de setembro de 2005, em Nova York e durante o evento, reconhecendo a legitimidade e o papel crucial da sociedade civil em assegurar estratégias e políticas aceitáveis e eficazes, assim como sua implementação (o que, de fato, não ocorreu).

Fim das desculpas

Chegou a hora de ousar e atuar de forma decisiva. Qualquer outra atitude seria irresponsável. Em setembro de 2005, líderes mundiais enfrentaram decisões difíceis. No processo das negociações preparatórias da Cúpula, a pressão de interesses políticos de curto prazo deveria ter sido equilibrada pelas necessidades de longo prazo descritas anteriormente. Os acordos realizados pela comunidade internacional estão cheios de concessões recíprocas. Contudo, as ameaças e os desafios ao nosso patrimônio comum são mais urgentes do que nunca. Os recursos e a tecnologia existem. Chefes de Estado e de governo de todo o mundo deveriam ter mostrado uma vontade política comum de sucesso, não somente assumindo um compromisso coletivo com uma agenda ousada e radical, mas também perseguindo sua implementação. O fracasso de algumas dessas lideranças em enfrentar esse desafio pode condenar todos e todas nós. Não podemos nos dar ao luxo de falhar. ■

Referências

- ACTIONAID Internacional EUA *et al.* Blocking progress: how the fight against HIV/Aids is being undermined by the World Bank and International Monetary Fund. 2004. Disponível em: <www.actionaidusa.org/blockingprogress.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2005.
- BATHYÁNY, Karina; CABRERA, Mariana; MACADAR, Daniel. The gender approach in poverty analysis: conceptual issues. Equipe de Pesquisa de Ciências Sociais, Social Watch Research Advance, 2004.
- COMISSÃO Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização. *A fair globalization: creating opportunities for all*. 2004. Disponível em: <www.ilo.org/public/english/fairglobalization/report/index.htm>. Acesso em: 21 ago. 2005.
- KOZEL, Valerie; DEATON, Angus. *Data and dogma: the great Indian poverty debate*. 2004. Disponível em: <http://povlibrary.worldbank.org/files/15168_deaton_kozel_2004.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2005.
- REDDY, Sanjay G.; POGGE, Thomas W. *How not to count the poor*, Versão 4.5. 2003. Disponível em: <<http://www.columbia.edu/~sr793/count.pdf>>.
- SEN, Amartya. *Development as freedom*. Nova York: Alfred A. Knopf, 1999.
- VANDERMOORTELE, Jan. *Ambition is golden: meeting the MDGs*. *Development*, v. 48, n. 1, 2005.

Gênero e pobreza: desigualdades entrelaçadas

O enfoque de gênero no estudo da pobreza levou à revisão dos métodos mais convencionais de medição e à exploração de novas formas, dando uma contribuição significativa ao atual debate sobre o tema. As medidas de renda familiar não capturam as dimensões intrafamiliares da pobreza, porque assumem uma distribuição equitativa dos recursos entre seus membros e consideram que todas as pessoas são igualmente pobres.

Equipe de pesquisa do Social Watch*

Embora a metodologia de medição da pobreza não permita que o gênero seja refletido nas estatísticas oficiais ou nas estratégias de redução da pobreza, ambos estão inextricavelmente vinculados. A despeito das freqüentes menções ao gênero como um tema transversal em muitas estratégias, é um tópico que, na prática, recebe pouca atenção nos planos de ação e nos projetos de desenvolvimento específicos. A pobreza afeta homens, mulheres, meninos e meninas, porém essa experiência é vivida de forma diferente por pessoas de idades, etnias, papéis familiares e sexos distintos. Por causa da biologia e de seus papéis de gênero sociais e culturais, além da subordinação culturalmente construída, as mulheres enfrentam condições desvantajosas, que acumulam e intensificam os já numerosos efeitos da pobreza.

Os relatórios nacionais do *Observatório da Cidadania/Social Watch* 2005 apresentam uma série de argumentos e evidências sobre o vínculo entre pobreza e gênero, as características das mulheres pobres e os problemas que enfrentam em relação aos homens pobres. Este texto tem dois objetivos: esclarecer os problemas metodológicos de medição da pobreza que escondem as questões de gênero e mostrar isso por meio de exemplos retirados dos relatórios nacionais. Não há intenção de que os exemplos sejam representativos, mas somente ilustrativos.¹

Os trabalhos sobre a pobreza do ponto de vista do gênero abrem uma nova perspectiva, que vem ganhando importância desde a década de 1990. Os estudos realizados dentro desse marco de referência “examinam as diferenças entre os gêneros nos resultados e processos que geram a pobreza, focalizando especialmente as experiências das mulheres e verificando se elas formam um contingente desproporcional e crescente entre as pessoas pobres. Esta ênfase implica uma perspectiva que

destaca duas formas de assimetrias que se cruzam: gênero e classe” (Kabeer, 1994).

As pesquisas que confirmam as desigualdades entre os gêneros, especialmente no acesso e no atendimento das necessidades básicas, dão suporte à afirmação de que “a pobreza feminina não pode ser incluída no mesmo enfoque conceitual da pobreza masculina” (Kabeer, 1994). Em geral, os indicadores de pobreza são baseados em informações sobre a família, sem levar em conta as grandes diferenças entre gêneros e gerações que nela existem. Numa perspectiva de gênero, no entanto, é necessário decodificar as situações dentro da família, pois, nesse espaço de coabitação, as pessoas mantêm relações assimétricas e nele prevalecem os sistemas de autoridade.

Considerando isso, é importante levar em conta os seguintes fatores:

- as desigualdades entre os gêneros nos contextos familiares, que resultam em acesso diferenciado aos recursos do grupo doméstico, agravam a pobreza das mulheres, especialmente nas famílias pobres;
- apesar das mudanças atuais, a divisão de trabalho por sexo dentro das famílias é ainda muito rígida.

“As mulheres têm acesso limitado ao crédito. Como desde o início carecem de empoderamento financeiro, elas precisam recorrer a instituições de crédito em seus países para financiar suas atividades econômicas. No entanto, tais instituições, quando existem, relutam em prestar serviços às mulheres. Essa relutância deriva do preconceito de que a mulher seria uma má administradora de recursos e que não pagaria o empréstimo. Quando existe a disposição de prestar esses serviços às mulheres, insistem que tenham avalistas masculinos.”

Relatório da Nigéria^{NR}

A divisão de trabalho em função do sexo que atribui às mulheres o trabalho doméstico limita suas oportunidades de acesso a recursos materiais e sociais e à participação nas decisões políticas, econômicas e sociais. Elas não somente possuem bens materiais limitados, como têm bens sociais mais restritos (acesso à renda, bens e serviços por meio das conexões sociais) e bens culturais (educação formal e conhecimento cultural), o que as coloca numa situação de maior risco de pobreza. As conseqüências da disparidade persistem durante toda a vida da mulher, em diversas formas e em áreas e estruturas sociais diferentes.

A situação descrita no relatório da Zâmbia pode ser considerada como um paradigma da realidade dos países menos desenvolvidos: “[...] o sistema educacional zambiano apresenta disparidades entre os gêneros em todos níveis. Embora tais disparidades sejam muito pequenas no ensino primário, crescem no nível secundário e aumentam consideravelmente na educação terciária. Essas disparidades na educação se manifestam depois no mercado de trabalho. A parcela de mulheres com emprego remunerado caiu de 39%, em 1990, para 35%, em 2000”.

Relatório da Zâmbia

Por causa das limitações sofridas pelas mulheres oriundas da divisão do trabalho em função do sexo e pelas hierarquias sociais baseadas nessa divisão, as mulheres têm acesso desigual às diferentes áreas sociais, principalmente aos sistemas estreitamente interligados: o mercado de trabalho, os sistemas de assistência ou proteção social e as estruturas domésticas.

Em termos da dimensão relacional do gênero, que trata das relações entre homens e mulheres, a pobreza das mulheres é analisada levando-se em consideração tanto a família como o ambiente social. Aplicada às famílias, a perspectiva de gênero melhora o entendimento de como uma família funciona, pois desvela as hierarquias e os padrões de distribuição de recursos e, assim, questiona a idéia de que os recursos da família são distribuídos equitativamente e que todos os seus membros têm as mesmas necessidades.

* Karina Batthyány (coordenadora), Marina Sol Cabrera, Garciaela Dede, Daniel Macadar e Ignacio Pardo.

1 Os exemplos usados neste artigo foram extraídos de uma amostra de relatórios nacionais recebidos até 20 de maio de 2005.

NR Todos os relatórios de países citados no texto estão disponíveis no CD que acompanha esta publicação. O relatório da Alemanha encontra-se também nesta versão impressa.

As desigualdades se manifestam em forma de barreiras e limitações invisíveis, como está ilustrado no relatório da Coreia do Sul. “Embora a sociedade sul-coreana tenha fortalecido políticas e sistemas para promover a participação das mulheres na atividade socioeconômica desde a década de 1990, há barreiras informais e barreiras invisíveis para as mulheres no mercado de trabalho. Além disso, seus salários são baixos, e 42,2% de todas as mulheres empregadas têm problemas decorrentes de trabalho irregular, temporário e de tempo parcial. As mulheres também precisam interromper sua participação no trabalho e na sociedade por causa das responsabilidades domésticas, como as do casamento, gravidez, parto, cuidado das crianças e outros deveres familiares. O mercado de trabalho na sociedade sul-coreana tem uma estrutura dupla. A parte superior é caracterizada por produtividade alta, salários bons e emprego estável; a parte inferior tem como característica produtividade baixa, salários inferiores e emprego instável. Essa estrutura dupla, com os homens na parte superior e as mulheres na inferior, separa os sexos em categorias empresariais, posições e níveis salariais diferentes. A discriminação da mulher no mercado de trabalho resulta em famílias pobres chefiadas por mulheres.”

Relatório da Coreia do Sul

Os efeitos desses processos no mercado trabalho são visíveis em hiatos de renda mesmo nos países desenvolvidos, como a Alemanha. “Caso os salários das mulheres na Alemanha Ocidental continuem a se aproximar dos salários dos homens no mesmo ritmo dos últimos 40 anos, serão necessários no mínimo outros 40 anos para que as trabalhadoras que exercem atividades administrativas e intelectuais e muito mais de 70 anos para que as mulheres que realizam tarefas manuais possam alcançar seus colegas masculinos. Pela média de todos grupos ocupacionais, as mulheres ainda recebem 20% a menos do que seus colegas homens para realizar o mesmo trabalho. No caso das engenheiras, essa diferença atinge 30,7%.”

Relatório da Alemanha

O enfoque de gênero no estudo da pobreza desmascara tanto a discriminação pública como a familiar ao identificar as relações de poder e a distribuição desigual de recursos nas duas esferas.

A discussão conceitual da pobreza é vital, pois sua definição determina que indicadores serão utilizados para sua medição, assim como o tipo de políticas a serem implementadas para combatê-la. Como afirmou Feijó (2003), “aquilo que não é conceituado também não é medido”.

Como a pobreza é medida de acordo com as características socioeconômicas da família como um todo, é impossível identificar as diferenças entre os gêneros no que diz respeito ao acesso a necessidades básicas dentro da família. As pesquisas

domiciliares também são limitadas de acordo com a maneira pela qual obtêm a informação, pois o único recurso considerado é a renda, não sendo levado em conta o tempo dedicado à produção familiar e à reprodução social.

Naila Kabeer (1994) destaca que, para compensar as limitações das medições de pobreza, as informações devem ser desagregadas para levar em conta as diferenças entre “ser” e “fazer” dentro da família. De acordo com a autora, há necessidade de indicadores que reconheçam que as vidas das mulheres são regidas por restrições sociais, direitos e responsabilidades diferentes (algumas vezes, mais complexos do que os dos homens) e que elas vivem, em grande medida, fora da economia formal.

Esse conceito mais amplo da pobreza incluiria dimensões como a autonomia econômica e a violência de gênero, que raramente são levadas em conta nos estudos de pobreza.

As tradições culturais nos diferentes países são a origem de outras restrições enfrentadas pelas mulheres. “As normas culturais não somente impedem que as mulheres herdem a terra. Tradicionalmente, depois da morte do marido, a viúva perde toda a propriedade do marido, que é distribuída entre os parentes dele do sexo masculino. Em 2001, o estado Enugu aprovou uma lei que proíbe essa prática. No entanto, a lei não foi aplicada, e a prática continua amplamente disseminada. Outros estados e o governo federal continuam a funcionar como se não soubessem da existência dessa tradição.”

Relatório da Nigéria

Sobre esse assunto, o relatório da Índia é também esclarecedor: “As mulheres também são marginalizadas porque não têm poder em diferentes atividades econômicas, sociais e políticas. Dispositivos legais e práticas sociais relacionadas à propriedade e à herança prejudicam as mulheres, exceto nas poucas áreas em que existem estruturas familiares matrilineares. As estruturas sociais, políticas e familiares não incluem as mulheres nos processos de decisão. Isso não apenas afeta o lugar da mulher na sociedade, na economia e na família, mas também contribui para sua baixa auto-estima”.

Relatório da Índia

O relatório do Uruguai nota as diferentes dimensões da desigualdade no mercado de trabalho: “As mulheres são especialmente afetadas pela flexibilidade do mercado de trabalho, a perda de normas trabalhistas claras, medo do desemprego, segmentação do mercado de trabalho por gênero, remuneração desigual para o mesmo trabalho, exclusão das posições de chefia em virtude de estereótipos de gênero, assédio sexual e um sistema de seguridade social que não leva em conta o envelhecimento da população e o mercado de trabalho informal”.

Relatório do Uruguai

A violência de gênero não é normalmente incluída nas discussões sobre pobreza, embora as estatísticas revelem a gravidade da situação. “Atualmente, a cada nove dias uma mulher é vítima de violência doméstica no Uruguai. Os abortos inseguros tornaram-se a principal causa da mortalidade materna. Para as mulheres, especialmente para as pobres, é muito arriscado romper com os modelos tradicionais de ‘mulher’ ou de ‘mulher como mãe’.”

Relatório do Uruguai

O relatório romeno apresenta resultados similares: “[...] uma de cada cinco mulheres sofre abusos do marido ou parceiro [...] e, em geral, a sociedade romena encara essas atitudes como normais. Outro estudo confirma que pelo menos 800 mil mulheres foram vítimas de violência doméstica em 2004”.

Relatório da Romênia

Da mesma forma no Nepal, “[...] viúvas jovens, especialmente na comunidade indo-ariana, estão sujeitas à violência psicológica e física por causa de disputas em torno de sua herança. Estima-se que anualmente 12 mil meninas e mulheres – aproximadamente 20% com menos de 16 anos – são traficadas como prostitutas para a Índia e outros países. A pobreza e o desemprego, causados pelo declínio progressivo da demanda por serviços dos artesãos das aldeias e pelo empobrecimento dos camponeses resultante da divisão das terras, têm forçado famílias a venderem suas próprias filhas”.

Relatório do Nepal

Medição da pobreza a partir de uma perspectiva de gênero

A medição da pobreza ajuda a torná-la visível e cumpre um papel importante no desenvolvimento e na implementação das políticas públicas. As metodologias de medição são estreitamente ligadas a conceituações específicas da pobreza; portanto, os resultados podem diferir quando se trata de aspectos diferentes da pobreza. Nenhuma metodologia é neutra – mesmo aquelas sensíveis ao gênero e as consideradas mais precisas e objetivas. Ao contrário, contêm elementos subjetivos e arbitrários.

A perspectiva de gênero contribui para ampliar o conceito de pobreza ao identificar a necessidade de medir a pobreza de modo a levar em conta sua complexidade e suas múltiplas dimensões. O debate sobre a metodologia da pobreza não propõe o desenvolvimento de um indicador único que sintetize todas as dimensões da pobreza. Ao contrário, a ideia é explorar propostas de medição diferentes, melhorando as técnicas de medida mais convencionais, observando suas vantagens e limitações, assim como criando novas medidas.

Medição da pobreza a partir da renda familiar

A medição da pobreza de acordo com a renda é atualmente um dos métodos mais amplamente utilizados, um indicador quantitativo muito bom para identificar as situações de pobreza. No que diz respeito a modelos de medidas monetárias, não há método mais efetivo. Além disso, há mais disponibilidade de dados por país para medição da pobreza em termos monetários do que para usar outros enfoques, tais como capacidades, exclusão social ou participação. A medição da pobreza pela renda permite comparações entre países e regiões, além da quantificação da pobreza para o desenvolvimento de políticas públicas.

Um dos aspectos mais controvertidos da medição de renda é sua capacidade ou incapacidade de refletir as dimensões múltiplas da pobreza. Analistas argumentam que a medição da renda enfatiza a dimensão monetária da pobreza e, portanto, somente leva em conta seus aspectos materiais, ignorando os culturais. Esses aspectos incluem as diferenças de poder, que determinam o acesso a recursos, mas, acima de tudo, incorporam o trabalho doméstico não-remunerado, indispensável à sobrevivência das famílias, assim como outros indicadores que podem refletir melhor a pobreza e as diferenças de bem-estar entre os gêneros.

Outra crítica dessa medição da pobreza é que não considera o fato de as pessoas também satisfazerem suas necessidades por meio de recursos não-monetários, como redes comunitárias e apoio familiar.

A medição da renda familiar *per capita* apresenta sérias limitações para capturar as dimensões intrafamiliares da pobreza. Ela falha por ser incapaz de levar em conta o fato de homens e mulheres experimentarem a pobreza de forma diferente dentro da mesma família. Isso ocorre porque as famílias são tomadas como unidade de análise e se pressupõe que exista uma distribuição equitativa dos recursos entre seus membros. De acordo com essa medição, todos os integrantes da família são igualmente pobres.

O método é também limitado pela forma como mede as desigualdades entre os gêneros, pois não considera como renda o trabalho doméstico não-remunerado desenvolvido na família. O trabalho doméstico não-remunerado pode fazer diferença considerável na renda da família. As famílias chefiadas por homens têm mais probabilidade de dispor do trabalho doméstico gratuito da esposa e, assim, evitar despesas associadas com a manutenção da casa. Isso é menos provável de acontecer nas famílias chefiadas por mulheres, que geralmente pagam os custos privados de realizar trabalho doméstico não-remunerado. Esses custos incluem ter menos tempo para o repouso e o lazer, o que afeta seus níveis de saúde física e mental. Da mesma forma, essas mulheres têm menos tempo para conseguir acesso a melhores oportunidades de emprego e menos tempo para a participação social e política.

Em relação ao uso do tempo ou seus padrões de gastos, o método também não mostra diferenças

entre homens e mulheres. Esses aspectos são centrais para a caracterização da pobreza a partir de uma perspectiva de gênero. Estudos sobre o uso do tempo confirmam que as mulheres gastam mais tempo do que os homens em atividades não-remuneradas. Isto indica que têm jornadas mais longas em detrimento de sua saúde e níveis nutricionais.

Medição da pobreza em termos de renda, a partir de gênero

Como foi mencionado, a autonomia econômica ou o fato de ter renda para atender às suas necessidades é outra dimensão da pobreza. Para esse fim, uma medição individual é útil no estudo da pobreza intrafamiliar. Não se trata de substituir uma medição por outra, mas de trabalhar com as duas medições, pois servem a objetivos distintos. As medições de pobreza individual têm vantagens, pois são capazes de identificar situações de pobreza que permaneceriam ocultas em medições tradicionais (como, por exemplo, pessoas que vivem em famílias não-pobres, porém sem renda própria), revelando as limitações maiores enfrentadas pelas mulheres para se tornarem economicamente autônomas.

Trabalho não-remunerado

O trabalho não-remunerado é um conceito central no estudo da pobreza a partir de uma perspectiva de gênero. Analistas argumentaram que, embora essa atividade não seja valorizada monetariamente, ela satisfaz necessidades e possibilita as atividades de reprodução social. Há também quem afirme que existe uma forte relação entre o trabalho não-remunerado e o empobrecimento das mulheres. A necessidade de medir o trabalho da mulher vem sendo destacada e resultou em diversas propostas, que sugerem dar um valor monetário ao trabalho doméstico e incluí-lo nas contas nacionais. A medição do trabalho não-remunerado também mostraria uma diferença importante na renda familiar entre as famílias com uma pessoa dedicada ao trabalho e aos cuidados domésticos (famílias chefiadas por homens) e aquelas famílias sem essa pessoa e que devem assumir os custos privados associados a esse tipo de trabalho (famílias chefiadas por mulheres).

A medição do tempo dedicado ao “trabalho não-remunerado”

Outra maneira de medir e visualizar o trabalho não-remunerado é por meio da alocação de tempo. Estão incluídos nesse conceito: o trabalho de subsistência (produção de alimentos e vestimentas, consertos de roupas), o trabalho doméstico (comprar bens e serviços para a casa, cozinhar, lavar a roupa, passar a ferro, fazer a limpeza, realizar atividades relacionadas com a organização da casa e com a distribuição de tarefas e fazer encargos externos como o pagamento de contas etc.), cuidados com a família (crianças e pessoas idosas) e serviços comunitários ou trabalhos voluntários (serviços realizados por não-familiares por meio de organizações religiosas ou laicas). Levando em

conta o tempo que as mulheres gastam realizando cada uma dessas atividades, elas se tornam visíveis e reconhecidas, facilitando a percepção das desigualdades entre os gêneros nas famílias e na sociedade. Além disso, a alocação de tempo torna possível calcular o volume total da carga de trabalho – um conceito que inclui tanto o trabalho remunerado como o não-remunerado.

Os levantamentos de uso de tempo ajudam a gerar melhores estatísticas sobre trabalho remunerado e não-remunerado, sendo uma ferramenta essencial para desenvolver um maior conhecimento sobre as diferentes formas de trabalho e emprego.

O parágrafo 206 da Plataforma de Ação de Pequim (1995) recomenda:

“(f) Desenvolver um conhecimento mais abrangente de todas as formas de trabalho e emprego, por meio do:

(i) melhoramento da coleta de dados sobre o trabalho não-remunerado, já incluído no Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas, em áreas como a agricultura, especialmente a de subsistência, e em outros tipos de atividades produtivas não voltadas ao mercado;

(ii) melhoramento das medições que atualmente subestimam o desemprego e subemprego das mulheres no mercado trabalho;

(iii) desenvolvimento de métodos, nos fóruns adequados, para avaliar o valor em termos quantitativos do trabalho não-remunerado que fica fora das contas nacionais, como o cuidado de dependentes e a preparação de alimentos, para que esse valor seja possivelmente refletido em contas satélite ou outras contas oficiais (que podem ser separadas, porém coerentes com as contas nacionais essenciais), na perspectiva de reconhecer a contribuição econômica das mulheres e tornar visível a distribuição desigual do trabalho remunerado e não-remunerado entre mulheres e homens;

(g) desenvolver uma classificação internacional de atividades para estatísticas de uso de tempo que seja sensível às diferenças entre mulheres e homens no trabalho remunerado e não-remunerado e coletar dados desagregados por sexo. No plano nacional, condicionado às limitações nacionais:

(i) realizar estudos de uso do tempo de forma regular para medir em termos quantitativos o trabalho não-remunerado, incluindo o registro daquelas atividades desempenhadas simultaneamente com as atividades remuneradas ou com outras não-remuneradas;

(ii) medir em termos quantitativos o trabalho não-remunerado que não é incluído nas contas nacionais e trabalhar para melhorar os métodos de avaliação que reflipam com precisão o seu valor nas contas satélite e em outras contas oficiais, podendo ser separadas, porém coerentes com as contas nacionais essenciais”.

Há precedentes para esse tipo de estudo sistemático em países como Canadá, Cuba, França, Itália, México, Nova Zelândia, Espanha e Venezuela.² Na Itália, “o aumento da participação feminina não foi acompanhado por uma distribuição mais justa das atividades familiares. A tarefa não-remunerada de cuidar das crianças e as atividades de reprodução social recaem quase inteiramente sobre as mulheres, cujo número total de horas trabalhadas, remuneradas e não-remuneradas é, em média, 28% superior ao dos homens. Dentre estes, 35,2% não dedicam nenhum tempo à atividade de cuidados na família”.

Esforços de outros países, embora não sistemáticos, têm permitido estudos específicos dessas dimensões. É o caso do Uruguai, onde foi realizado um levantamento em 2003 sobre o uso do tempo dos homens e das mulheres, com o objetivo de gerar indicadores que informassem e mostrassem as relações assimétricas entre os gêneros nas famílias (Aguirre, 2004).

Resumo

O enfoque de gênero tem dado contribuições conceituais e metodológicas valiosas ao estudo da pobreza. Em termos conceituais, fornece uma definição mais abrangente da pobreza, numa perspectiva integrada e dinâmica que reconhece as dimensões múltiplas e os aspectos heterogêneos da pobreza. A perspectiva de gênero critica fortemente as definições de pobreza baseadas na renda e destaca os componentes materiais, simbólicos e culturais como aqueles que influenciam as relações de poder que, por seu lado, determinam o acesso dos gêneros aos recursos materiais, sociais e culturais. É possível sustentar que, sem uma perspectiva de gênero, a pobreza não pode ser entendida de forma adequada.

O enfoque de gênero no estudo da pobreza levou à revisão dos métodos mais convencionais de medição e a exploração de novos métodos, dando uma contribuição significativa ao atual debate.

As medidas de renda familiar não capturam as dimensões intrafamiliares da pobreza, incluindo as desigualdades entre os gêneros, pois assumem uma distribuição justa dos recursos entre seus membros, homogeneizando as necessidades de cada pessoa e considerando que todas são igualmente pobres. Esse método tem limitações para medir a desigualdade entre gêneros porque não reconhece, em termos monetários, a contribuição para a família do trabalho doméstico não-remunerado. Finalmente, as medidas de renda são incapazes de capturar as diferenças entre gêneros em termos dos padrões de uso do tempo e de gastos, duas dimensões que contribuem para caracterizar a pobreza mais completamente e para formular políticas públicas melhores.

A crítica ao método de medição da renda domiciliar tem como objetivo introduzir uma perspectiva de gênero na medição tradicional da pobreza. Uma questão que precisa ser levantada vigorosamente é a necessidade de atribuir valor ao trabalho doméstico não-remunerado, como maneira de valorizar a contribuição das mulheres e reconhecer como trabalho as atividades domésticas, pois elas são essenciais para a satisfação das necessidades básicas. ■

Referências

- AGUIRRE, Rosario. *Trabajo no remunerado y uso del tiempo: fundamentos conceptuales y avances empíricos* – La encuesta Montevideo 2003. Santiago do Chile: Cepal, 2004.
- ARAYA, María José. *Un acercamiento a las Encuestas sobre el Uso del Tiempo con orientación de género*. Santiago do Chile: Cepal, 2003. (Série Mujer y Desarrollo, n. 50).
- FEIJÓO, María del Carmen. *Desafíos conceptuales de la pobreza desde una perspectiva de género*. Documento apresentado na Reunião de Especialistas em Temas de Pobreza e Gênero, Cepal/OIT, Santiago do Chile, ago. 2003.
- KABEER, Naila. *Reversed eequalities: gender hierarchies in development thought*. Londres: Verso, 1994.

² Para mais informações sobre esses estudos, ver Araya (2003).